



REUNIÃO DE VINTE E DOIS DE NOVEMBRO DE DOIS MIL E DEZOITO

(CONTINUAÇÃO DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, REALIZADA A DEZASSEIS
DE NOVEMBRO DE DOIS MIL E DEZOITO)

--- Aos vinte e dois de novembro de dois mil e dezoito, reuniu a Assembleia Municipal do Funchal, pelas catorze horas e quarenta e cinco minutos, no Edifício dos Paços do Concelho, sob a Presidência de Mário Filipe Soares Rodrigues, estando ainda presentes Ana Patricia Correia Brazão de Castro, do PPD/PSD, em substituição da Primeira Secretária, Maria Teresa Duarte de Jesus Gonçalves do Nascimento, do PPD/PSD e Roberto Paulo Ferreira Vieira, do GMNM, indicado pelo MPT, Segundo Secretário, bem como os seguintes Deputados Municipais: -----

--- **Grupo Municipal Confiança** – Alexandra Raquel Camacho Gouveia Gonçalves (PS), António José Gouveia Gomes (PS), Cristiana Martins de Sousa (BE), Duarte Luís Fernandes Caldeira Ferreira (PS), Egídio Paulo Caires Fernandes (BE), Gonçalo Gomes de Sousa Aguiar (PS), Guido Marcelino Mendonça Gomes (PS), João Inácio da Silva Abreu (PS), José Gabriel Pereira Oliveira (PS), José Manuel Domingos Sebastião (PS), José Rodolfo de Sousa Alves (PRD), Maria Elisa Rosa Albergaria Seixas (PS), Marta Luísa de Freitas (PS), Micaela Gomes Camacho (PS), Miguel Alexandre Palma Costa (NC), Paulo Bruno Rodrigues Nunes Ferreira (PS), Rodrigo Nuno Pontes de Gouveia Trancoso (BE), Sérgio Juvenal de Jesus Abreu (PS) e Sílvia Cristina Sousa Silva (PS).-----

--- **Grupo Municipal do PPD/PSD** – Alexandre Miguel Carvalho da Silva, Ana Patrícia Correia Brazão de Castro, Bruno Miguel Barroso Moura Melim, Carlos André Camacho Alves, Duarte Paulo Quintal Pereira, Francisco Ilídio Rebolo de Castro, Helena Maria Pereira Leal, João Paulo Pereira Marques, José Jorge Andrade Camacho, Maria Idalina Fernandes da Silva, Raquel João Martins da Silva, Rui Alberto Garanito Santos, Rui Carlos Martins Tem-Tem e Vera Joana Vasconcelos Gonçalves Duarte Soares Coelho -----

--- **A Senhora Deputada Municipal Maria Fernanda Alves Pereira Giannotta**, em substituição do Deputado Municipal Luís Miguel Moura de Sousa, Presidente da Junta de Freguesia da Sé, pelo PPD/PSD, **não compareceu a esta reunião**.-----

--- **Grupo Municipal do CDS/PP** – Carla Patrícia Aleixo Baptista de Freitas, Gonçalo Nuno Pimenta Camacho e Pedro Manuel Nóbrega dos Santos Freitas Araújo. -----

--- **Grupo Municipal do PCP/PEV-CDU** – Herlanda Maria Gouveia Amado. -----

--- **Grupo Municipal do PTP** – Raquel da Conceição Vieira Coelho. -----

--- **Grupo Municipal do JPP** – Orlando Manuel Henriques Fernandes.-----

--- Mais se verificou a presença do Senhor Presidente da Câmara Municipal, Paulo Alexandre Nascimento Cafôfo, do Senhor Vice-presidente Miguel Sérgio Camacho Silva Gouveia e dos Senhores Vereadores: Idalina Perestrelo Luís, Maria Madalena Caetano Sacramento Nunes, Bruno Ferreira Martins, João Pedro Mendonça Vieira, Rubina Maria Branco Leal Vargas, Jorge Miguel do Vale Fernandes, Joana Carolina Oliveira da Silva, Luís Miguel Rosa e Elias Rodrigues Homem de Gouveia.-----

--- Esteve também presente a funcionária da autarquia Nélia Maria Jardim dos Santos Gonçalves, Assistente Técnica, designada para elaborar as atas das sessões da Assembleia Municipal. -----

--- **Verificada a existência de quórum, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal** deu continuidade à Ordem de Trabalhos colocando à consideração do plenário a proposta do Executivo, para ser apresentado o **Ponto dez - Proposta de Orçamento - 2019, de acordo com o disposto na al. a) do nº 1 do art.º 25º e na al. c) do nº 1 do art.º 33º da Lei nº 75/2013 de 12/09** e o **Ponto onze - Opções do Plano - 2019, de acordo com o disposto na al. a) do nº 1 do art.º 25º e na al. c) do nº 1 do art.º 33º da Lei nº 75/2013 de 12/09**, ao mesmo tempo mas com votações separadas. -----

--- Por existir concordância do plenário, o Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra



ao Senhor Presidente da Câmara, que fez a seguinte intervenção introdutória ao **Ponto dez - Proposta de Orçamento - 2019, de acordo com o disposto na al. a) do nº 1 do art.º 25º e na al. c) do nº 1 do art.º 33º da Lei nº 75/2013 de 12/09 e o Ponto onze - Opções do Plano - 2019, de acordo com o disposto na al. a) do nº 1 do art.º 25º e na al. c) do nº 1 do art.º 33º da Lei nº 75/2013 de 12/09:** “Este é o sexto Orçamento que enquanto Presidente de Câmara que aqui estou, estamos a propor para aprovação nesta Assembleia Municipal.-----

Este Orçamento para 2019 tem seguido uma matriz que nós temos procurado, desde a primeira hora.-----

Em primeiro lugar o rigor e a transparência das nossas contas. Temos como princípio que não podemos comprometer as gerações futuras, e por essa razão, também não podemos pensar só no dia de hoje, temos de pensar no dia de amanhã e é essa preocupação que temos todos os dias e em todos os atos, enquanto gestores da Câmara e corresponsáveis por esta cidade que nós temos.-----

Outro aspeto é o de corresponder às necessidades das pessoas. Nós temos de tratar as pessoas como pessoas e por esse motivo, de maneira nenhuma temos uma ação, enquanto somos candidatos numa campanha eleitoral, ou enquanto somos Presidente ou Vereadores no Executivo, e executar aquilo que foram os compromissos eleitorais. É por isso que este Orçamento tem vertido aquilo que são os compromissos que saíram vitoriosos das eleições de outubro de 2017. Portanto estamos aqui a cumprir aquilo que contratualizamos com o nosso programa eleitoral nas últimas eleições. E este é, permitam-me, um verdadeiro Orçamento pelas pessoas, porque também temos de ir ao encontro delas, tratá-las como pessoas e resolver problemas. Quem está na política tem de ter esta perceção da resolução dos problemas e um Orçamento sendo um planeamento daquilo que irá acontecer no ano económico civil, tem de corresponder àquilo que são os anseios e as necessidades da

população, resolvendo os seus problemas de uma forma integral. Nós temos de ter estratégias e soluções integradoras dos problemas e é por isso que este Orçamento, procura um desenvolvimento justo, solidário e equilibrado de todo o Funchal. -----

Temos 97 milhões de euros e destaco deste valor aquilo que é uma dificuldade em construir o próprio Orçamento, porque a capacidade política que temos de em primeiro lugar dos recursos que temos, e nunca ninguém tem os recursos que necessita, particularmente os recursos financeiros, e depois aquilo que são os compromissos políticos que podemos ter para conseguir congregar um maior número de vontades, e não só as vontades do Executivo que saiu vencedor nestas eleições. Esta tem sido sempre a nossa preocupação de com diálogo, haver compromissos e convergências independentemente dos partidos que estão e compõem esta Assembleia, é isto que procuramos sempre em todos os Orçamentos, que não seja um Orçamento deste Executivo, mas que seja um Orçamento da cidade, negociado para que todos os funchalenses possam beneficiar. E aqui ressalta desde já, aquilo que são o reforço dos apoios sociais desta Autarquia, temos um maior investimento e uma maior redução da despesa corrente a par de uma redução continuada da nossa dívida. -----

E como se trata de Orçamento, falemos então de números que estão subjacentes a estas nossas opções e prioridades, porque no Orçamento estão também vertidas aquelas que são as nossas prioridades políticas. -----

Em primeiro lugar a questão do Investimento, nós temos no Plano Plurianual de Investimentos um aumento de 7,2%, temos uma verba disponível de 26,8 milhões de euros para investimento e no Plano de Atividades Municipais, temos um aumento de 20,6%, ou seja, temos 13,6 milhões de euros inscritos para executar estes projetos e estes investimentos para a nossa cidade. -----

Continuamos, como disse, a reduzir a dívida e temos prevista a redução do valor de 5,5



milhões de euros da nossa dívida, reparem que isto tem sido uma constante dos compromissos que assumimos, e do rigor financeiro desta redução a dívida atualmente cifra-se nos 46,4 milhões de euros, portanto daquilo que herdamos quando cá chegamos em 2013, já a reduzimos em mais de metade.-----

Outro aspeto relevante é podermos ter uma boa gestão para reduzir aquilo que são despesas correntes, para que essa poupança possa ser vertida em investimento, e a redução desta despesa corrente para o ano de 2019, é no valor de 1,6 milhões de euros, que comparativamente ao exercício do ano presente, temos uma redução de despesa corrente de 6,1%.-----

E temos áreas prioritárias para estes investimentos, à cabeça, permitam-me, vem a Educação. Nesta, nós temos um aumento de 149% relativamente ao Orçamento anterior e digo isto, porque neste momento os investimentos que fazemos na Educação vão desde a creche até ao ensino superior. Desde o alargamento do Apoio à Natalidade e à Família, onde já existe o apoio para as creches públicas e que agora foi alargado às creches privadas, portanto todas as crianças que estão matriculadas em creches na cidade do Funchal, terão este benefício de apoio para o pagamento das creches.-----

Temos também o continuar do nosso compromisso com os Manuais Escolares, que depois do 1º ciclo temos agora o 2º ciclo e teremos depois o 3º ciclo e, portanto, o compromisso também aqui foi cumprido.-----

E falando em compromissos não nos podemos esquecer das Bolsas do Ensino Superior que já é uma realidade. Terminará o prazo no final deste mês de novembro e, portanto, como foi nosso compromisso eleitoral, e o Orçamento serve precisamente para cumprir aquilo que está e foi contratualizado no programa que foi submetido a eleições, as Bolsas Universitárias já estavam neste Orçamento e estarão no Orçamento para 2019.-----

Mas para além da questão da Educação, temos também a questão da Habitação, como

sabem nós temos resolvido problemas estruturais da nossa cidade, temos carências graves e necessidade de habitação e a nossa preocupação para além da transparência, porque elaboramos um regulamento precisamente para o estabelecer critérios de atribuição de casas, nós resolvemos e estamos a resolver em definitivo o problema do Amianto e também neste Orçamento, continua o Programa Amianto Zero, onde estão também contempladas verbas para este problema estrutural da cidade do Funchal. -----

E falando de problemas estruturais, temos as assimetrias que esta cidade tem, particularmente nas Zonas Altas e um problema que é o saneamento básico. Nós temos previsto neste Orçamento 6,2 milhões de euros para investir no saneamento básico e aqui, permitam-me também destacar um outro problema que estamos a resolver, o da ETAR do Funchal com o emissário submarino e o lote 1 e o lote 2 da zona oriental da cidade, que neste momento estamos a resolver e que é também um problema que já se arrastava há demasiado tempo. -----

E falando de problemas, temos também o das águas, o derrame de águas habitual pela rede de águas que temos demasiado antiga e com uma clara degradação, por isso que, falando de fibrocimento, nós iremos substituir integralmente aquilo que falta da rede que está ainda em fibrocimento. Falamos de 10,5 km de rede, entre as freguesias de Santo António, São Martinho, São Roque e Monte onde estas condutas serão completamente substituídas, numa solução que vem ao encontro de uma necessidade das populações que já se arrastava há demasiado tempo. -----

E como sabem nós temos o problema da Segurança e da Proteção Civil. A nossa cidade tem algumas especificidades, e uma delas é a questão dos taludes, assim nós temos previstos para este Orçamento o valor de 8,1 milhões de euros para a consolidação definitiva de algumas escarpas, garantindo assim a segurança de pessoas e de bens. -----

Mas, além da questão da educação, da habitação, das zonas altas e de problemas com o

saneamento básico, como a proteção civil e a segurança das pessoas, temos também a questão da Cultura, e uma realidade também aqui inscrita é o do Museu de História Natural que é um investimento que será feito na requalificação do Palácio de São Pedro, na Rua da Mouraria. -----

Também uma outra questão que nos é muito cara, que é a do Ambiente. Nós temos previstos 804 mil euros para a reflorestação do Parque Ecológico, que tem sido muito afetado pelos incêndios, onde serão plantadas 288 mil árvores. -----

Portanto, isto é só para vos dar uma ideia daquilo que são as nossas prioridades políticas de investimento para o ano de 2019, garantindo que a mais investimento corresponde melhor qualidade de vida para os funchalenses e é isso está aqui vertido.”-----

Depois antes de passar a palavra ao **Senhor Vice-presidente** para poder continuar naquilo que foi a elaboração do Orçamento, fez um agradecimento a todos os colaboradores da Câmara, em particular o Departamento Financeiro, porque o Orçamento implica uma coordenação e uma articulação entre todos os serviços da Autarquia, que depois são vertidas através de decisões políticas tomadas por aquele Executivo. -----

--- Dada a palavra ao **Senhor Vice-presidente**, fez a seguinte explicação: “Como disse, e bem, o Presidente da Câmara o Orçamento começa a ser construído, sensivelmente em setembro, quando todos os serviços informam aquilo que acham que deve constar em sede orçamental. -----

Entretanto, pelas regras orçamentais para o Orçamento da Receita, o Orçamento divide-se em duas partes e o Plano divide-se em outras duas partes. Em termos orçamentais temos o Orçamento da Receita e o Orçamento da Despesa.-----

No Orçamento da Receita aquilo que deliberamos no dia de ontem em termos de taxas, em tudo idêntico ao ano anterior, e as regras provisionais que devem de ser lá inscritas, são médias da execução dos últimos 24 meses. Ao contrário de outros orçamentos de outras

entidades públicas que podem projetar um crescimento económico para o ano seguinte, e com base nessas projeções estimarem uma receita de um determinado imposto, em todas as Autarquias temos regras estabelecidas e temos que inscrever as médias dos últimos 24 meses como receitas, nomeadamente naquelas que são Receitas Correntes de IMI, IMT, DERRAMA, IRS e todas as outras receitas que o Município tem como receitas correntes.- Em termos de Receitas de Capital estas já são fruto das candidaturas que nós fazemos a Fundos Comunitários, de Contratos Programa que tenhamos com alguma instituição e isso não será surpresa para nenhum de vós, vos informar que a verba inscrita em receitas em Contratos Programa será zero pelo sexto ano consecutivo, e também os Empréstimos de Médio e Longo Prazo, a exemplo daquele que aprovamos ontem, que cairão nas Receitas de Capital.-----

Sendo que complementarmente temos transferências do Orçamento de Estado, do FEF, que este ano subiram ligeiramente em relação aos anos anteriores e que compreendem duas metades, uma parte de Capital e uma parte de Receitas Correntes.-----

Feito o Orçamento da Receita posso vos dizer que temos um Orçamento total de 97,3 milhões de euros, cujas Receitas Correntes correspondem a 76% deste valor, ou seja 74,4 milhões de euros. -----

Em termos de Receitas de Capital e Outras Receitas, fica a parcela sobrança de 22,9 milhões de euros. -----

Em termos de Despesa, compreende também as Despesas Correntes e as Despesas de Capital, sendo que as estas são todas plasmadas naquilo que se chama Plano Plurianual de Investimentos, e as Despesas Correntes há um subconjunto delas que têm uma relevância tal que merecem a sua inscrição noutro documento que se chama Plano de Atividades Municipais, cujas despesas apesar de serem correntes, a sua relevância para a gestão do Município leva que sejam ali incluídas. -----



Portanto, em termos de Despesa Corrente temos 66 milhões de euros, que corresponde a 68% do Orçamento e nas Despesas de Capital 31,2 milhões de euros.-----

Nós também estamos obrigados a uma regra de equilíbrio orçamental que obriga a que as Receitas Correntes sejam suficientes para cobrir, não só as Despesas Correntes que são as Despesas de Operação da Câmara, mas também acrescidas das Amortizações dos Empréstimos de Médio e Longo Prazo.-----

Este ano nós conseguimos manter um Orçamento equilibrado e ainda geramos uma Poupança Corrente de 8,3 milhões de euros, que será utilizada em Despesas de Capital, ou seja, libertamos recursos das operações correntes para poder investir em Despesas de Capital, portanto em Aquisição de Bens de Capital.-----

Em termos de Grandes Opções do Plano, o Plano Plurianual tem 26,8 milhões de euros e o Plano de Atividades Municipais tem 13,6 milhões de euros. Nestas rubricas destaca-se a importância que foi dada às questões sociais, onde que tem mais de metade dos montantes destinados às Grandes Opções do Plano, cerca de 51%, nomeadamente a habitação social e a infraestruturas de redes de saneamento básico, como já aqui foi referido pelo Presidente da Câmara, e a construção de nova habitação social na Quinta Falcão.-----

As Funções Gerais têm 39%, as Funções Económicas 10% e Outras Funções, como o FAM – Fundo de Apoio Municipal, tem 1%. De relevar que neste Orçamento o FAM – Fundo de Apoio Municipal, que fomos obrigados a capitalizar no início de 2015, foi diminuído pelo Orçamento de Estado, ou seja, temos agora obrigatoriedade de capitalizá-lo apenas em metade do que estava previsto, uma vez que este fundo é um fundo do qual a Câmara é subscritor e não tem tido a utilização que inicialmente estava prevista, como tal, todos os municípios neste ano de 2019, contribuirão com 50% do que estava previsto, em 2020 25% e em 2021 termina a capitalização desse fundo.”-----

- **INTERVENÇÕES:**-----

--- **O Senhor Deputado Municipal Gonçalo Nuno Pimenta Camacho, do CDS-PP**, disse:

“O Orçamento da Câmara Municipal do Funchal, trata-se de um documento estratégico onde define as principais linhas orientadoras deste Executivo em diversas áreas setoriais. O CDS procurou muito cedo neste Orçamento, ter sempre uma atitude e um comportamento de grande responsabilidade social e política para com os funchalenses, e não, ao contrário de outros que procuram de falsas alianças, protagonismos sociais ou, por último, procurar desculpas para eventuais falhanços autárquicos onde usufruem de maiorias nas respetivas Câmaras Municipais. -----

Pela nossa matriz ideológica inspirada pela democracia cristã, tal como o nome indica, tem um pensamento e uma ideologia baseada muito nos princípios cristãos, tais como, a liberdade, a solidariedade e a justiça. -----

Procuramos acrescentar valores qualitativos e quantitativos neste Orçamento municipal que chegassem basicamente às pessoas, e que fruto do diálogo e cooperação de algumas das nossas propostas com o Executivo, vimos, por exemplo, diminuir a pretensão deste Executivo agravar a carga fiscal da DERRAMA para as empresas em cerca de 200%. Isso só foi possível porque todos os funchalenses souberam interpretar nas eleições autárquicas através do voto, não conceder uma maioria absoluta nesta Assembleia Municipal. -----

É para isso que servem os partidos, serem úteis às pessoas e não por birras e intrigas partidárias, voltarem as costas à nossa cidade -----

Este não é definitivamente o Orçamento do CDS, mas preferimos apresentar medidas viáveis, realistas e sem demagogias ao Executivo municipal, transmitindo uma imagem ao mesmo tempo de comportamento modelar para fora desta Câmara Municipal do Funchal, que podem e poderão contar sempre com o CDS, numa perspetiva de fazer política pela positiva, contribuindo para o bem-estar económico, social e político da nossa cidade. -----

Entendemos assim, que os funchalenses têm que saber qual o seu voto e que o voto no



CDS valeu a pena, como pode ser confirmado aqui e agora neste Orçamento. -----

Passo a enunciar as medidas que terão impacto fiscal e social em milhares de famílias funchalenses, fruto deste trabalho continuo e permanente que nos antecedeu ao documento final, que é apresentado hoje nesta Assembleia Municipal. -----

Na área da Educação, assumimos como prioridade quebrar um estigma social enraizado na nossa sociedade, no qual as famílias das crianças que frequentavam as creches no ensino privado, não conseguiam gerar apoios municipais para apoiar na mensalidade das mesmas, pois o regulamento anterior somente permitiria apoiar crianças que frequentassem estabelecimentos de ensino público. Com a Proposta apresentada pelo CDS ao Executivo, é refletido neste Orçamento, que estaremos a apoiar cerca de 1826 crianças matriculadas no ensino privado. Este será um apoio de 25 euros por mês a cada família e por cada dependente, esta medida estimasse que tenha um impacto financeiro nas contas do Município, próximo do meio milhão de euros. -----

Na área Social e Ambiental, inserimos programas que visam diminuir a tributação das famílias e ao mesmo tempo juntando a áreas ambiental com a social. Implementaremos um programa que visa diminuir a fatura da água a todas as famílias funchalenses, damos como exemplo, o Cartão Eco Funchal. Esta mesma proposta, que foi apresentada em reunião de Câmara em finais do ano anterior e votada por unanimidade, só agora conseguimos plasmá-la a nível orçamental. -----

Em traços gerais queremos uma Cidade não com muita gente a limpar, mas com menos gente a sujar. O Funchal deve estar na vanguarda nas práticas ambientais e o que sentimos aqui, é que os funchalenses reclamam mais sobre este desleixo, sobre a falta de limpeza e a recolha de lixo da nossa cidade. -----

Sentimos assim e propusemos medidas de impacto orçamental, tais como os funchalenses ao entregar os vários resíduos nos ecopontos designados pela Câmara Municipal do

Funchal, irão ganhar pontos nos seus Cartões Eco Funchal que serão revertidos em descontos na fatura da água.-----

Ou seja, neste Orçamento para 2019 a receita da Autarquia nesta área irá diminuir e aumentar a despesa corrente, porque por via de uma nossa proposta a cidade ganhará para as novas gerações. Estimando-se um impacto em cerca de 800 mil euros nessa mesma despesa a nível orçamental.-----

Na área Educativa e na Juventude, melhoramento na rede de parques infantis do nosso concelho e a introdução de ginásios ao ar livre, dentro dos espaços tutelados pela SocioHabitaFunchal nos bairros sociais. Demos como exemplo nas várias reuniões que antecederam o Orçamento, intervenções simples, como por exemplo, no Conjunto Habitacional do Canto do Muro, no Conjunto Habitacional da Quinta Josefina no espaço junto ao campo que atualmente não tem utilização social. -----

Aqui fruto da cooperação, diálogo e entendimento conseguimos aumentar a rubrica que engloba o Plano de Atividades Municipais, que ronda o montante global de 332 mil euros.

Na área da Fiscalidade, o CDS com este Orçamento conseguiu por via de uma não maioria absoluta nesta Assembleia Municipal, reverter a medida penalizadora para os empresários com sede e estabelecimento estável na cidade do Funchal, que foi o travar da DERRAMA de 0,5% para a taxa máxima de 1,5%, esta é uma bandeira da qual nunca desistiremos, pois seria uma profunda injustiça para quem coloca postos de trabalho e nomeadamente com uma carga fiscal muito alta e que pesa muito nos orçamentos das empresas. -----

No IRS mantivemos a nossa proposta inicial de devolver cerca de 1,5% de IRS aos funchalenses que trabalham e que residam no nosso concelho. Cerca de 30% das receitas do Município são disponibilizadas diretamente para os contribuintes desta cidade, esta medida tem e terá impacto a nível orçamental de 1,5 milhões de euros.-----

Na área do IMI Familiar, mantivemos a nossa proposta desde 2015 e mantivemo-la porque

a isenção de IMI para os prédios que sejam recuperados no centro e zonas históricas, existe a isenção fiscal. Estima-se assim com esta nossa proposta, revitalizar e reabilitar o Centro Histórico da Cidade do Funchal. Assim julga-se que esta medida orçamental rondará os 120 mil euros. -----

Na área de Investimentos Públicos, verificamos através de intensas negociações com o Executivo que estão plasmadas mais uma vez medidas propostas pelo CDS, tais como: --

1º - Levantamento exaustivo dos problemas da rede de abastecimento do município. Esta medida insere-se no Orçamento municipal através do reforço de uma verba destinada aos sistemas de drenagem e águas residuais em cerca de 6 milhões de euros. -----

Mais, a captação e distribuição de água, substituindo a rede ainda obsoleta existente no nosso concelho em mais de 1 milhão e 700 mil euros, que no nosso entender é um investimento que será útil para toda a população que residente na cidade do Funchal. -----

2º - Início das obras de requalificação no centro de São Gonçalo e repavimentação de 2 estradas municipais que ligam a Freguesia de São Martinho e de Santo António. -----

Na área do Comércio, a implementação do Programa Eu Compro no Comércio Tradicional, em 2019. -----

A política é feita com ideias e com responsabilidade dos resultados, ou seja, no espaço de um mês que nos antecedeu a este documento, o CDS demonstrou o seu papel, o seu trabalho de oposição com razão, que sabe negociar com arte e saber, obtendo resultados na base de propostas concretas e válidas para a cidade do Funchal. -----

Pela nossa parte veremos sempre a cidade do Funchal para a frente e não esperando como outros, olhar sempre para o espelho retrovisor. -----

Pela parte do CDS continuaremos a nossa missão de servir e servir bem o Funchal e a sua população. -----

Por isso, a nossa bancada irá viabilizar o Orçamento e as Grandes Opções do Plano para

2019 da Câmara Municipal do Funchal.” -----

--- **A Senhora Deputada Municipal Raquel João Martins Silva, do PPD/PSD**, apresentou o seguinte: “Cumprindo 1 ano de mandato, um quarto daquilo que é devido, estamos nesta sala a debater mais um Orçamento municipal, que interferirá, direta ou indiretamente, na vida desta tão Nobre e Leal Cidade do Funchal. -----

O Orçamento, qualquer um, o de casa, de uma freguesia, de uma cidade, de uma região ou de um estado, não deixa de ser o produto de um conjunto de opções, que necessariamente refletem uma estratégia e um espelho daquelas que são as medidas tidas como prioritárias. -----

Enquanto que a força motriz de um Executivo é, ou pelo menos deve ser, o bem comum, o Orçamento será um instrumento que permitirá a quem governa concretizar realidades, ou seja, materializar as necessidades básicas e as respostas imediatas para aquelas que são as exigências correntes, mas também deverá ser um instrumento que se projeta para o futuro, que cria esperança e que permite sonhos. -----

Será esta uma visão demasiado romântica de um documento tão cheio de números? Se calhar. -----

Mas, permita-me Senhor Presidente que não discutindo a obrigatoriedade de existir rigor orçamental, um Orçamento, ainda que de base anual, deve fixar-se no futuro, porque aquilo que for projetado para o ano, terá reflexos nos anos vindouros e inevitavelmente recairá sobre as pessoas as boas e as más decisões ou, às vezes pior, a ausência de decisões ou de atuação. -----

Pegando no Orçamento para 2019, cuja introdução é subscrita pelo Senhor Presidente da Câmara, é de realçar o segundo parágrafo devido ao facto de conter a assunção de um compromisso e cito: *um documento estratégico à imagem e semelhança do projeto que lidero no Funchal e em relação ao qual, toda uma equipa legitimamente eleita, continua a*

estar hoje mais do que nunca motivada para executar. -----

Esta citação encerra em si uma questão, não é verdade que toda a equipa está motivada para executar este Orçamento, porque pelo menos o Senhor Presidente a partir de determinada altura do próximo ano, deixará de liderar o projeto para dedicar-se em exclusivo ao desiderato que se propôs alcançar. Portanto, um Orçamento que nas suas palavras reflete aquilo que são as suas convicções, será por si abandonado porque no mínimo deixou de motivá-lo. -----

A outra mensagem que é de realçar igualmente, é a que se trata de *um orçamento pelas pessoas*. Sim, será pelas pessoas quando se atribui Bolsas de Estudo aos estudantes do concelho, ou quando se atribui Manuais Escolares, por exemplo. Porque ajudar a capacitar as pessoas é não só contribuir para o desenvolvimento pessoal, mas também cria um efeito de retorno à sociedade face ao investimento que foi feito. -----

Devemos crer ser livres e autónomos, mas devemos ter a consciência que a sociedade tem subjacente uma ideia sinalagmática, isto é, eu recebo, mas também devo contribuir e cada um contribuirá na exata medida das suas capacidades. -----

Contudo, e porque o Orçamento não se detém nas duas primeiras páginas, quando se lê a narrativa seguinte, percebemos que o Orçamento também deveria ser para as pessoas. E o que é que queremos dizer com isto? -----

Sabemos que a Câmara Municipal do Funchal continuará a reter mais IRS nos cofres do que a devolver aos munícipes, sabemos que continuará a aplicar a DERRAMA, sabemos que a Câmara Municipal do Funchal tem registado níveis altos de receitas provenientes dos impostos e taxas cobrados, sabemos que há uma cinta caucionada cuja verba nunca é utilizada, sabemos que ano após ano a Câmara Municipal do Funchal tem encerrado as contas com dinheiro disponível. -----

Então porque razão não é aplicado para a reabilitação de habitações sociais? -----

Ou para a remoção do amianto, uma promessa que já vem do mandato anterior? -----

Porque não se investe nas zonas altas, por exemplo, na criação de bolsas de estacionamento? Um compromisso também do mandato anterior. -----

Porque razão não se aposta na requalificação urbana e se tira de uma vez por todas a lona que cobre a *Felisberta* há tanto tempo? -----

Porque não se aposta na mobilidade e na regeneração da cidade?-----

A Senhora Deputada Elisa Seixas ontem na sua intervenção referiu que o PSD, se contraria ao dizer que o Funchal é uma cidade fantasma e ao mesmo tempo uma cidade caótica. Pois bem, o PSD não se contraria, a cidade fantasma quanto ao viver a própria cidade e caótico no que diz respeito à mobilidade, coisas completamente diferentes, a não ser que se ache que o tempo que se gaste nas deslocações é um divertimento, mas nas palavras do Senhor Vereador, *pior não há de ficar*. -----

Porque não se devolve mais IRS às famílias se existe dinheiro disponível? -----

Porque se aplica DERRAMA a determinadas empresas, potenciando com isso a fragilização do tecido empresarial? -----

Afinal o Município do Funchal é ou não é um Município fiscalmente amigo das famílias e empresários como propagandeado?-----

Não, não é. Porque não governa também para as pessoas. E governar para as pessoas implica investir na cidade através da recuperação das estradas, na limpeza das ruas, no controlo das perdas de água, na requalificação dos edifícios inclusive o da habitação social, na melhoria das acessibilidades e da modalidade, no reforço dos serviços prestados pelo Município, como por exemplo, no gabinete técnico das zonas altas, na extinção da DERRAMA e na devolução de mais IRS às famílias. -----

E nesta questão tão particular como a devolução do IRS, medida de efeito imediato na vida das pessoas, se a Câmara não o faz é porque não quer. -----

E muitas outras coisas concretas poderíamos enumerar que ajudariam a elevar o Município e que foram propostas pelos Vereadores do PSD, mas foram reprovadas pelo Executivo camarário. -----

Governar pelas pessoas não é suficiente, é também preciso governar para as pessoas devolvendo-lhes o esforço que elas suportam todos os dias. -----

Todos nós cumprimos a nossa parte pagando tudo aquilo que a Câmara exige. -----

Senhor Presidente devolva-nos pelo menos uma cidade limpa e organizada como outrora foi. -----

Incute em si que esta devolução que lhe pedimos é de munícipes como todos os outros, alguns de nós não votamos em si, mas sei que é o Senhor que governa a minha cidade, a sua cidade, a cidade de todos nós cá dentro, mais a dos que estão lá fora. -----

A falta de condições no Funchal, a carga fiscal imposta e o parco investimento na cidade apesar do dinheiro disponível, o arrastar de medidas de ano para ano e depois vendê-las até à exaustão como se fossem novas, não é pelas pessoas nem para as pessoas. -----

Sabe, Senhor Presidente, pelas pessoas, ou seja, por mim, por si, por todos nós é governar com verdade e isso não está a acontecer. Há muito tempo que a Câmara dá com uma mão e tira com a outra, que vive do instantâneo e da notícia. -----

Desafiamo-lo a interrogar-se se continua a ser o mesmo que era quando surgiu lá atrás na Mudança, ou se, entretanto, se transformou em alguém que não cumpre o primeiro requisito do mandato que legitimamente lhe foi dado, o compromisso com a cidade e com as pessoas, todos nós.” -----

--- **A Senhora Deputada Municipal Micaela Gomes Camacho, do GMC**, transmitiu:

“Permitam-me que as primeiras palavras sejam para este Executivo, pelo rigor e pela transparência que conseguiram impor a esta Cidade. -----

Dizer-vos que a gestão de recursos desta Autarquia tanto no controle rigoroso da despesa,

quer no pagamento da dívida, são de facto um compromisso que fez e que está a levar a bom porto. Esta bancada saúda-vos.-----

Mas, não seríamos justos se não fizéssemos um agradecimento especial ao Senhor Vice-presidente, Miguel Gouveia, pelo rigor e transparência que impôs neste Orçamento. Todos nós conhecemos o seu trabalho, dá-nos a conhecer o seu trabalho.-----

Houve aquelas que são as nossas propostas e sei que consegue ainda colocar neste Orçamento, algumas daquelas que foram as propostas das outras bancadas. -----

Pergunto-lhe diretamente, Senhor Vice-presidente, quem é que esteve nas audiências com os grupos municipais e quem é que não esteve? -----

Quem é que cumpriu este ato de cidadania e de compromisso com o Funchal? -----

Mas, como o trabalho não se esgota só no Executivo, a Coligação Mudança quer agradecer a todos os funcionários que trabalharam direta ou indiretamente neste Orçamento. Muito obrigada.-----

Finalmente, e não menos importante, agradecer a todos os partidos que quiseram de facto participar para um futuro melhor do Funchal. -----

Fizemos muito mais, com menos. -----

Dizer-vos que em 2013 a dívida total desta Autarquia era de 97 milhões de euros, dos quais 38 milhões de euros a fornecedores, 54,7 milhões de euros relativos a empréstimos de médio e longo prazo e nos investimentos um total de 13,5 milhões de euros, ou seja, a Câmara não tinha capacidade para fazer face às responsabilidades de gestão corrente. Ainda assim foi feito um trabalho bastante grande na área social e aquilo que estão a tentar passar não está a passar, porque os funchalenses estão atentos. -----

Posso-vos enumerar uma série de medidas que já foram tomadas:-----

- Oficina Solidária, Hortas Sociais, Projeto Férias Grandes, Educação Para a Saúde, Voluntariado Europeu, Livros Partilhados, Assembleia Municipal Jovem, Orçamento



Participativo, Inclusão Cultural, Democracia Participativa, Mobilidade Urbana, Campanha de Sensibilização Ambiental. -----

Agora dizer-vos aquilo que é o presente:-----

- Recordo-vos que em junho aprovamos nesta Casa as Contas Consolidadas e facilmente nos apercebemos que esta é a dívida mais baixa dos últimos 17 anos, apesar de termos feito uma série de iniciativas em prol desta cidade. -----

O futuro e aquilo que pretendemos para o futuro:-----

- É aquilo que está a ser discutido hoje, em que a nossa principal riqueza de facto são as pessoas e para as pessoas.-----

Vejo hoje aqui algumas propostas do PSD, e não vejo ninguém fazer uma análise técnica, apenas estão a nos dar aquilo que deveria ter sido feito anteriormente. -----

Dizer-vos que a nossa aposta continua a ser para as pessoas, que continuamos e vamos continuar a promover e a dinamizar as áreas de suporte que esta sociedade tem, como a educação, a formação, a cultura, a saúde e o direito à vida com dignidade. Exemplo disso é o que foi apresentado pelo Senhor Presidente da Câmara. -----

É o primeiro ano que o Funchal atribuiu Bolsas Universitárias, Incentivos à Educação e o alívio ao Orçamento Familiar, Apoio à Natalidade e à Família, portanto vamos continuar a fazer aquilo que são as apostas sociais, mas ainda assim continuamos a fazer um combate às assimetrias sociais nas zonas altas. -----

De facto, é uma realidade que há perdas de água, mas estamos a tentar resolver esse problema, que até agora nunca foi tentado resolver.-----

Portanto, aquilo que eu repeti em 2016 vou voltar a vos a dizer agora. Esta cidade tem um projeto até 2020, que é ser a melhor Cidade do País para se viver, quer queiram quer não. Apresentem propostas, façam como alguns outros partidos, sejam coerentes naquilo que pensam, mas apresentem propostas.” -----

--- **A Senhora Deputada Municipal Herlanda Maria Gouveia Amado, do PCP/PEV-CDU,** transmitiu: "Ao analisarmos o Orçamento e Plano proposto pela Câmara Municipal do Funchal para o próximo ano, podemos fazer duas leituras sobre os documentos apresentados. A leitura técnica baseada nos números apresentados e a leitura política baseada em orientações e decisões políticas de fundo, vitais para o futuro da cidade e do concelho. -----

Neste Orçamento e Plano são visíveis as opções de classe do Executivo que gere os destinos do Município, mas também, e em nosso entender com maior expressão a incapacidade política, para inverter a pirâmide das prioridades que teimosamente segue. Dizer-se que estes documentos são direcionados para as questões sociais é muito vago, quando não são consubstanciadas realmente em propostas que vão de encontro àquelas que são as preocupações reais das pessoas. -----

O Orçamento é um documento cheio de intenções, algumas delas interessantes, mas que peca por não apresentar medidas concretas, em nosso entender, que o tornem um verdadeiro Orçamento para as pessoas. -----

Politicamente não se assume como um instrumento capaz de guiar a cidade e o concelho, para os níveis capazes de proporcionar mais e melhor desenvolvimento e qualidade de vida aos nossos munícipes. -----

Esta Câmara teve a possibilidade de aumentar a sua capacidade de arrecadar receitas que tanta falta faz, lançando uma taxa de DERRAMA mais elevada do que aquela que foi aprovada e neste caso, não seria, contrariamente àquilo que tem vindo a ser propagandeado, os pequenos e médios empresários a serem afetados por esta mesma taxa, mas sim e nas palavras do Executivo, aqueles grandes grupos económicos que têm conseguido engordar com lucros e proventos: banca, seguros e grupos hoteleiros.-----

A Câmara Municipal do Funchal ficou-se por uma taxa mais reduzida, perdendo a



possibilidade de uma receita mais avultada para fazer face às reais necessidades dos funchalenses. -----

O concelho continua a ser marcado por assimetrias diversas que condicionam um desenvolvimento equilibrado, não obstante a concretização ao longo dos anos, de um conjunto de obras resultantes dos movimentos reivindicativos das populações, a par de propostas que também a CDU as fez e tem vindo a fazer ao longo dos anos, nomeadamente acessibilidades e lançamento, também, de redes de saneamento básico, continuam a ser notórias as diferenças entre as zonas altas e super altas, comparativamente a outras zonas da cidade. -----

Seria essencial que o Plano e Orçamento que a Câmara agora apresenta, contemplasse a orçamentação de verbas e investimentos, em áreas estruturais que permitissem o acesso mais generalizado a bens e serviços, o combate às desigualdades e às assimetrias existentes, o acréscimo da qualidade de vida e do bem-estar, segurança das populações dos seus bens e haveres. -----

O Município tem na sua posse um conjunto de dados, levantamentos e quantificação de valores necessários para o investimento no sentido da resolução de um conjunto alargado de acessibilidades, dando seguimento, por exemplo, à Resolução - Acessibilidades Prioritárias, apresentada pela CDU em 2014. Mas o que é certo, é que até hoje, contrariamente àquilo que querem admitir, a maioria das obras passaram do papel para o cartaz, ou na maior parte dos casos continuam adiadas e à espera de financiamentos, embora houvesse capacidade para tal. -----

Atualmente o número de famílias a necessitar de habitação é já superior a 3 mil, esta deveria de ser uma prioridade que independentemente das diferenças políticas e ideológicas, que também nos separam, deveriam de estar sempre à frente de qualquer divergência. Esta deveria de ser uma prioridade, até pela problemática que assume no

contexto regional, mas assim não é.-----

Na vertente habitacional há que diferenciar a reabilitação dos complexos habitacionais degradados, e a retoma da construção de habitacional social é imprescindível, no nosso entender, dar continuidade às intervenções no sentido da remoção de materiais considerados nocivos para a saúde pública, e neste caso esperamos a evolução positiva do Programa Amianto Zero.-----

No que respeita ao ordenamento e requalificação das zonas altas e super altas, incluindo a legalização de habitação, e apesar da aprovação do documento estratégico para o concelho, que é o PDM, não podemos dizer que foram dados todos os passos para que quem vive nas áreas de genesi ilegal, veja concretizada uma aspiração antiga depois de tanto esforço e sacrifício, poder finalmente legalizar o fruto do seu trabalho.-----

Esta proposta de Plano e Orçamento apresentada por este Executivo, é apresentada como sendo equilibrado, justo e solidário, mas para nós peca por aquilo que não tem.-----

De grandes parangonas se faz este Orçamento.-----

De anúncio em anúncio este Executivo enche a boca para falar de prioridades, que não são exatamente as mesmas das pessoas.-----

Para a CDU era tempo de vermos mais investimento, tendo em conta a fase adiantada deste mesmo mandato, possivelmente motivado por outros calendários políticos, que infelizmente vão condicionando o dia a dia da cidade e a vida das nossas populações. ----

Em nosso entender, neste Orçamento não estão consagradas as verbas suficientes para combater, por exemplo, como já referi, o flagelo da habitação. Depois do levantamento e das necessidades, de debates sobre esta necessidade no nosso concelho, ainda não se vislumbram verbas suficientes para construção para nova habitação, apesar daquilo que é novamente apresentado neste Orçamento. Na previsão da intervenção nos bairros sociais o que constam são recuperações, que não passam de intervenções de cosmética, quando

o que se exigia da parte da Autarquia, eram intervenções estruturais. Passar das palavras aos atos é o que se exige, é uma proposta, que em nosso entender, demonstra insensibilidade perante aqueles que são os problemas reais das pessoas. -----

Para finalizar, permitam-me, fazer um reparo. -----

Depois de avaliado o Orçamento aquando da apresentação do Senhor Vice-presidente, na audiência que legalmente todos os partidos têm direito, fiquei surpreendida ao ouvir a intervenção da bancada do CDS, que parecia mais por aquilo que foi dito, um Orçamento do CDS, por isso fica a dúvida de quem é realmente este Orçamento, se é um Orçamento da bancada liderada pelo Senhor Presidente da Câmara, ou se todas as propostas que temos vindo a analisar desde a audição feita pelo Senhor Vice-presidente, é o Orçamento do CDS. -----

Porque se assim é, está tudo dito e o nosso sentido de voto é sempre muito mais fácil.” ---

--- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara**, que começando por se dirigir à **Senhora Deputada Raquel Silva** disse que gosta sempre muito dos seus discursos bem escritos e até eloquentes, e que pelas suas palavras depreenderia até que o PSD vai aprovar aquele Orçamento, porque por aquilo que foi a sua narrativa, está vertida nas opções e prioridades orçamentais daquele Executivo. -----

Frisou também que está muito motivado naquela Câmara, assim como toda a equipa que o acompanha, porque continua todos os dias a trabalhar por esta cidade e por aquilo que são os compromissos eleitorais, cumprindo assim um programa eleitoral que está aqui vertido, quer queiram quer não e particularmente o PSD, naquele Orçamento. -----

No que diz respeito à carga fiscal, em dois mil e treze era muito mais elevada sobre os funchalenses do que no atual ano de dois mil dezoito, porque o PSD naquela Câmara nunca devolveu aos funchalenses, um cêntimo relativamente ao IRS e no que diz respeito ao IMI encontraram uma taxa de zero ponto trinta e cinco por cento, encontrando-se agora na taxa

mínima de zero ponto trinta por cento. Acrescentou ainda não foram os percussores na questão da DERRAMA, porque o PSD já a tinham aprovado no valor máximo. -----

Ainda sobre o IRS disse-lhe que gostaria que o seu Governo (PSD), à semelhança dos acordos extra judiciais que fez e que faz com empresas e empreiteiros de construção civil, pudesse, naquilo que é uma reivindicação para bem de todos os funchalenses, devolver os cinco milhões de IRS para o Funchal, para esse valor ser bem vertido naquilo que são as necessidades dos funchalenses e aí sim teriam outra postura no que diz respeito à questão do IRS, já que tanto que reivindicam o aumento da devolução de IRS aos funchalenses. --

Depois falando sobre o que tem sido a ação daquele Executivo, sempre disse de início que num Orçamento nunca ninguém terá os recursos necessários para aquilo que efetivamente quer executar. Porque a capacidade de quem governa seja lá o que for, está nos meios que têm e que podem fazer para bem das populações, por isso que têm a preocupação de haver um, rigor e o equilíbrio orçamental, para que não ponham em causa quem vier a seguir, porque a herança que receberam e criticaram não pode ocorrer quando deixarem aquela Câmara.-----

Contudo, apesar de não terem Contratos Programa com o Governo Regional e de terem de pagar uma dívida herdada, estão a investir mais, a reduzir nas despesas correntes e claramente a apostar em funções sociais, e essas é que são a grande obra daquele Executivo. -----

Como tal, é aquele o caminho daquela Autarquia, de rigor orçamental, de ir ao encontro daquelas que são as necessidades dos funchalenses e de resolver problemas estruturais, que o PSD enquanto ali e com mais meios não resolveram. -----

--- Para complementar os esclarecimentos do Senhor Presidente da Câmara foi dada a palavra ao **Senhor Vice-presidente da Câmara**, clarificando: “Sobre a intervenção do **Senhor Deputado Gonçalo Pimenta**, de facto percebo a dúvida levantada pela Senhora



Deputada Herlanda Amado, dá a entender como já noutras ocasiões que o CDS é responsável por tudo que a Câmara faz de bom. Eu prefiro que todos nós olhemos para a cidade da forma como o CDS, se calhar de alguma forma exagerada, mas faz, porque de facto olha para a cidade e olhamos todos pelo interesse efetivo de todos os funchalenses, nas decisões que toma e muitas vezes confunde-se responsabilidade, com subserviência, confunde-se responsabilidade com perda de identidade e nisso, atalhando caminho para responder à questão levantada pela **Senhora Deputada Micaela Camacho** a quem aproveito para agradecer o elogio público e devolver também a si e a toda a bancada da Coligação Confiança, que tem feito um excelente trabalho na defesa daquilo que são os interesses dos funchalenses, que de facto eu reuni com todas as bancadas representadas aqui na Assembleia Municipal. -----

Reuni com o PSD, com o CDS, com o PTP, com o MPT e com a CDU. Na altura, importa também referir, o Senhor Deputado da JPP estava incluído na Coligação Confiança e teve a oportunidade de conhecer tudo aquilo que estava vertido no Orçamento, quando eu expliquei em reunião do grupo municipal Confiança. Portanto, todos os partidos apresentaram nessa reunião propostas que é o local certo para apresentá-las, ouvi depois o PSD dizer que o local certo é na reunião de Câmara. Se fosse na reunião de Câmara o que diriam os Senhores Deputados que não estão representados na Câmara, porque na prática seriam censurados de poder apresentar propostas se esta visão do PSD fosse de facto real, portanto todas as propostas foram analisadas. Algumas do CDS foram aqui incluídas, algumas preocupações da CDU também foram aqui incluídas, algumas preocupações e porque não dizer, também do MPT, nomeadamente com algumas acessibilidades que estamos neste momento a fazer levantamento e o projeto nas zonas altas. -----

As questões de habitação social estão e continuam a ser vertidas no Programa Amianto

Zero, portanto, posso concluir este é um Orçamento participado por todas as forças políticas, exceto aquela que deu falta de comparência no momento certo, no momento oportuno e pretendeu em sede de reunião de Câmara na data da discussão do Orçamento, ver incluídas algumas propostas. -----

Algumas dessas propostas foram aqui referidas pela **Senhora Deputada Raquel Silva**, que subscrevendo as palavras do Presidente, também aprecio o estilo e a forma como explana as suas intervenções, mas obviamente que o conteúdo não posso subscrevê-lo de forma alguma, porque aquilo que me pedem para fazer é na prática uma sangria fiscal, devolvendo DERRAMA de 1,4 milhões de euros e devolvendo cerca de 3 milhões de euros de IRS, na prática pedem para fazer um rombo fiscal de 4,5 milhões de euros à Câmara e ainda assim investir mais. -----

Portanto, acaba-se por ter aqui mais uma intenção de se fazer quadratura do círculo onde recebendo menos se conseguiu fazer mais, e de facto **Senhora Deputada Micaela Camacho** temos feito mais com muito menos. Outros em condições de maioria absoluta na Câmara e na Assembleia, com o apoio do Governo Regional em 6,5 milhões de euros por ano inscritos no Orçamento por Contratos Programa, deixaram-nos a cidade como nos deixaram em 2013 e toda a gente reconhece em ternos financeiros a desgraça que por cá grassava. -----

Outra questão que eu não posso subscrever que constitui em si um erro de palmatória em termos financeiros e orçamentais, é perguntar porque é que não usamos a conta caucionada para investir. A conta caucionada existe para fazer face a questões de tesouraria tendo que ser paga no fim do ano, obviamente não pode ser utilizada para fazer investimento, é uma das regras e presumo que no último mandato já tinha que ter percebido isso, uma vez que votamos a conta caucionada todos ao anos e todos os anos a retiramos precisamente por não ser necessário, por questões de tesouraria a utilizar. -----



Depois disse-nos que nós não fazemos porque não queremos, de facto eu gostaria de poder fazer mais e é por isso que está inscrito no Orçamento todas as propostas que nós fizemos nos últimos 3 anos. Há acordos de cooperação financeira com o Governo Regional e que nenhuma delas foi aceite, está aqui vertido no Orçamento todas as propostas que foram em 2010 entregues ao Governo Regional ao abrigo da Lei de Meios, como por exemplo, proceder à canalização de ribeiros e de passagens hidráulicas e que 8 anos volvidos ainda não estão no terreno, sendo que esta Câmara já fez duas delas, no Ribeiro Choco em Santo António e em Santa Maria Maior no Ribeiro da Ladeira do Clube da Choupana, e cujas passagens hidráulicas estavam nas folhas do 20 de fevereiro e continuaram a merecer por parte do Governo toda a negligência para executá-las, mas ainda há outras, e estão aí no relatório do Plano de Investimentos, que continuam a ser feitas no mesmo tempo que se vê utilizar a Lei de Meios para, por exemplo, repavimentar estradas no Estreito de Câmara de Lobos. Eu percebo que as pessoas de Câmara de Lobos tenham também necessidades em termos de investimento, no entanto eu estou a defender as cores do Funchal, estou a defender os funchalenses ao contrário da bancada do Governo Regional aqui presente.-----

A **Senhora Deputada Herlanda Amado** referiu algumas questões. A questão da legalização das casas de genesi ilegal, já foram objeto de regulamentação para o início do regulamento interno, e já foi objeto de aprovação em reunião de Câmara, não está aqui nenhuma rubrica orçamental, porque em termos de regulamentos nós estamos a desenvolvê-lo internamente. Portanto não tem nenhum reflexo financeiro em termos de Orçamento, no entanto é uma preocupação e está inscrita até no próprio Relatório do Plano Plurianual de Investimentos. -----

Na construção de habitação social, de facto continuamos com o Amianto Zero e temos previsto para o próximo ano o projeto para o Bairro da Quinta das Freiras e da Quinta Falcão

precisamente para aumentar a oferta de habitação social, e temos que perceber que para podermos retirar o amianto que existe nos bairros municipais, é preciso primeiro realojar as pessoas que lá vivem e isso é um processo que está em curso, nomeadamente com o Bairro dos Viveiros que deverá ficar concluído ainda este ano e com a construção do novo complexo também na Quinta Falcão de 30 fogos, que deverá ir para o terreno no próximo ano.” -----

- **PEDIDOS DE ESCLARECIMENTO:**-----

--- **A Senhora Deputada Municipal Carla Patrícia Aleixo Baptista de Freitas, do CDS-PP**, questionou se está previsto rever a situação da Rua João de Deus para que voltem a existir as duas vias transitáveis, facilitando assim o acesso à Escola Francisco Franco, Centro de Saúde do Bom Jesus, Colégio de Santa Terezinha e à via rápida. -----
E quando é que será regulamentado o Conselho Municipal de Turismo, Comércio e Serviços? -----

--- **A Senhora Deputada Municipal Raquel da Conceição Vieira Coelho, do PTP**, disse que quando governam para o imediato abrem-se as portas ao populismo, e que como todos sabem isso culminou no descalabro das contas públicas da Região Autónoma da Madeira. Por isso perguntou se vão reproduzir a mesma receita na cidade do Funchal, uma vez o Senhor Presidente da Câmara está esquecido do seu título. -----
Como tal, perguntou que credibilidade tem o Orçamento elaborado por um Executivo em que o objetivo e o foco, deixou de ser o supremo interesse da cidade e dos munícipes, mas o de chegar à Assembleia Legislativa da Madeira e ao Governo Regional. -----
E porque parece existir dualidade de critérios por parte do Executivo da Câmara Municipal do Funchal, em que facilitam os processos camarários aos grandes senhores do dinheiro e do betão em detrimento da população do Funchal, questionou quanto tempo é que leva um licenciamento para a construção de uma casa de família na cidade do Funchal? -----

E quanto tempo é que levou a ser licenciado o projeto do Lazareto? -----

Para terminar deixou uma pequena reflexão: se for para ficar tudo na mesma, a população da Madeira não há de querer votar na cópia, há de votar no original.-----

--- Por esta ocasião o Segundo Secretário da Mesa, **Roberto Paulo Ferreira Vieira, da Coligação Nova Mudança (MPT)**, foi substituído pela Senhora Deputada Municipal Ana Patrícia Correia Brazão de Castro, para poder intervir. Assim, começou dizendo que o Orçamento ali apresentado é mais uma vez paternidade do CDS. Por isso desafiou o mesmo para clarificar quem é que apoiarão, se o candidato ao Governo Regional, Paulo Cafôfo, ou o Dr. Miguel Albuquerque, no caso de não haver maiorias absolutas. -----

Também disse que aquele Orçamento é eleitoralista e usado como campanha para tentar chegar à Quinta Vigia, tal como faz ao apoiar a classe média porque precisa de chegar a essa classe para poder ganhar eleições, e não pensando nas pessoas.-----

Ainda sobre aquele Orçamento, enumerou o seguinte: -----

- Que contempla mais impostos, pois embora reduza o IMI para alguns, triplica para outros.

- Que não contempla parques de estacionamento das zonas altas. -----

- Que embora aposte em algumas acessibilidades, muitas ficaram apenas na promessa e no cartaz de propaganda.-----

- Que a aposta no investimento em habitação social fica muito aquém das necessidades, e que o que se preocupam é aumentar as rendas da habitação social, onde muitas foram melhoradas com o suor do trabalho de quem fracos recursos.-----

Por isso, não é possível acreditar num candidato à Câmara Municipal do Funchal, que passados alguns dias das eleições, anuncia a sua candidatura por um único partido, traindo todos aqueles que estiveram e que estão hoje com ele na Confiança. -----

Terminou dizendo que aquele Orçamento não terá a aprovação do MPT pelas razões enunciadas e por a paternidade do CDS o deixar muito duvidoso em relação ao futuro da

cidade do Funchal.-----

--- **O Senhor Deputado Municipal Fábio Dinarte F. Costa Bastos, do PPD/PSD,** considerou que aquele é um Orçamento de título, porque tem muito pouco para as pessoas ficando muito aquém daquilo que são os desígnios e os desejos dos funchalenses, e demonstra um trabalho que segue o caminho do facilitismo, porque fazer o difícil é tomar opções políticas difíceis, de na hora do deve e do haver, tendo em conta as receitas que têm, alocar às despesas que são necessárias.-----

Disse ainda que o valor daquele Orçamento se deve ao facto de que desde que aquele Executivo tomou posse, ter aumentado as receitas por via do aumento dos impostos. No entanto, têm levado a cabo o investimento mais reduzido que a Câmara do Funchal tem de memória.-----

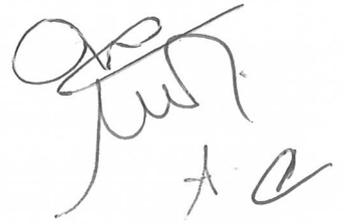
Depois colocou as seguintes questões:-----

- Se existe uma poupança de oito ponto três milhões de euros, como anunciou o Senhor Vice-presidente, porque é que não é devolvido mais IRS às famílias e não há mais investimento na habitação social.-----

- Se existem vinte e quatro ponto nove milhões de euros em tesouraria, porque não é alocado esse valor às famílias e às empresas do Funchal. -----

--- **O Senhor Presidente da Câmara,** começou por esclarecer a **Senhora Deputada Carla Baptista,** que há um investimento previsto na Rua João de Deus para o próximo ano, relacionado com questões de mobilidade, de mudança da rede de águas e de saneamento básico, à semelhança daquela que foi feita na Rua do Bom Jesus, pelo que o estacionamento que lá está é provisório.-----

Sobre o Conselho Municipal de Turismo, disse que é o Departamento de Economia e Cultura que tem a alçada do Turismo, e que já tem previsto para o próximo ano a regulamentação daquele Conselho, e o imediato funcionamento do mesmo. -----



- **À Senhora Deputada Raquel Coelho** disse que se ali há alguém mais populista, é a mesma, na sua narrativa política de quem não tem nada a perder nem tem a responsabilidade de depois poder assumir aquilo que diz. -----

Depois pediu para que a mesma se defina porque, à semelhança do Senhor Deputado Roberto Vieira, se fazem é porque são eleitoralistas, se não fazem é porque não têm capacidade de executar e de responder às necessidades das populações.-----

Pois embora reconheçam que não podem fazer tudo de uma só vez, têm feito e resolvido os problemas estruturais da cidade e dos funchalenses, que têm demonstrado reconhecer o trabalho que tem sido feito. -----

- **Ao Senhor Deputado Roberto Vieira**, afirmou que têm apoiado a classe média porque aquela também tem necessidades, por normalmente ser a que não tem quaisquer benefícios, mas que tem sempre o ónus sobre si de conseguir suportar o País. Por isso é que as Bolsas para os Estudantes do Ensino Superior são para todos os estudantes da cidade do Funchal.-----

- **Ao Senhor Deputado Fábio Bastos**, transmitiu que a responsabilidade daquele Executivo é assumir que não vão comprometer gerações futuras, nem quem vier a seguir. Porque através da tomada de decisões difíceis, é com orgulho que as finanças e as contas daquela Casa estão arrumadas, ao contrário da coerência irresponsável que reconhece no PSD, que enquanto estiveram no Executivo daquela Câmara foram irresponsáveis nas contas e na dívida que lhes deixaram, e que ainda mantêm enquanto oposição porque continuam a impor medidas que põem em causa o equilíbrio financeiro daquela Autarquia. Depois referindo-se à habitação social, disse que embora aquela seja uma prioridade para a Câmara, têm uma estratégia que tem de obedecer a precedências estabelecidas, e uma delas começou por ser a saúde das pessoas que vivem nas habitações sociais com o problema do amianto. Assim, estando os apartamentos dos Viveiros concluídos, deverão

ser lá colocadas por altura do Natal, ou o mais tardar no mês de janeiro, a maioria das pessoas que estão a residir nas habitações sociais da Penha de França.-----

--- Para suplementar os esclarecimentos do Senhor Presidente da Câmara, foi dada a palavra ao **Senhor Vice-presidente da Câmara**, que sobre a questão de fazer a parte difícil, referida pelo Senhor Deputado Fábio Bastos, disse que de facto estão a fazer a parte difícil, porque um Município que aprende a ser autónomo e a encontrar os seus próprios recursos, para poder colocar no terreno investimentos sem apoios do Governo Regional, se calhar não quererá mais voltar para o protetorado que foi anos e anos, o do Governo Regional. E como o Município do Funchal está a ser autónomo nos direitos e nos deveres, compreende que aquele não perceba minimamente o conceito de poupança corrente, quando sugere que ele seja aplicado no conjunto de situações que elencou, e que já é aplicado e que o Orçamento plasma na aplicação da poupança corrente.-----

Também sobre aquela intervenção depreendeu que o PSD tem um vício de raciocínio, de que o Senhor Presidente da Câmara fica com o dinheiro e não o investe o dinheiro, quando o mesmo é todo aplicado no Funchal. E lembrou que a Câmara é um Órgão Colegial, que tem onze membros e desses, quatro são do PSD e um do CDS e que todos assumem o compromisso de gerir os recursos do Município e aplicá-lo em investimentos da melhor forma possível.-----

Assim, terminou dizendo que se aquele experimentar fazer uma oposição pensando nos funchalenses em primeiro lugar, se calhar o seu papel de oposição correrá melhor. -----

- **PEDIDOS DE ESCLARECIMENTO:**-----

--- O **Senhor Deputado Municipal Roberto Paulo Ferreira Vieira, da Coligação Nova Mudança (MPT)**, colocou as seguintes questões:-----

- Se a habitação social dos Viveiros contemplará alguns desconhecidos ou se realmente beneficiará os residentes do Bairro da Penha de França. -----

- Quando é que será cumprida a Lei em relação aos vários prejuízos da Empresa Frente MarFunchal, e para quando o seu encerramento. -----

- Em relação à atribuição das Bolsas de Estudo que serão atribuídas a todos os Estudantes do Ensino Superior, só nos primeiros três anos, concluiu que então não serão atribuídas a todos, porque nem todos tiram um curso superior em apenas três anos. -----

--- **O Senhor Presidente da Câmara** esclareceu o **Senhor Deputado Roberto Vieira** que a habitação social do Bairro dos Viveiros é prioritariamente para os habitantes que vivem no Bairro da Penha de França. E que por uma questão de legalidade a Empresa SocioHabitaFunchal tem feito um trabalho de uma forma eximia, com muita responsabilidade e transparência, de verificar se as pessoas que lá vivem correspondem àquelas que estão inscritas naquela empresa. -----

Quanto à atribuição das Bolsas de Estudo disse que com o processo de Bolonha, no momento a licenciatura é de três anos, por isso o regulamento define e estipula os três anos. -----

--- **O Senhor Deputado Municipal Gonçalo Nuno Pimenta Camacho, do CDS-PP,** questionou:-----

- Sobre os cerca de dois milhões setecentos e cinquenta mil euros, contemplados no Orçamento, alusivos ao contrato de quatro anos consagrados entre o Turismo de Portugal e o Município do Funchal, quais são as ações que estão a pensar realizar e qual o público alvo das mesmas? -----

- Sobre a rubrica de Comércio e Turismo gostaria de saber se eventualmente no próximo ano ajudarão mais o comércio e os comerciantes do Funchal, ou se estarão ou não a pensar ter um Orçamento Retificativo, porque para aquele setor no Plano Plurianual de Investimentos está orçamentado uma verba irrisória de seis mil e cem euros, e no Plano de Atividades Municipais estão cento e cinquenta mil euros. -----

- Sobre a questão do Matadouro, para quando o início da obra do Matadouro do Funchal?

--- O Senhor Presidente da Assembleia com a concordância do Senhor Presidente da Câmara, deu a palavra ao **Senhor Vice-presidente da Câmara** que respondeu: “Começo pelo Fundo de Turismo de Portugal: dois financiamentos, um é o projeto da Monumental Acessível que foi candidatado pelo Município do Funchal ao Fundo de Turismo e mereceu aprovação. É um projeto que irá para o terreno no ano de 2019 e ainda o Acordo de 3 milhões de euros que foi celebrado por ocasião dos incêndios em 2016, e que este ano contempla no Orçamento de Estado 1 milhão e 250 mil euros, sendo que essas verbas só serão transferidas para o Município do Funchal, depois de executadas e incluídas as obras no orçamento, devo dizer que nós já temos algumas obras feitas sobre esta matéria.

O que pretendíamos financiar com este Fundo? Tivemos algumas questões junto do Fundo de Turismo sobre se o Regulamento de Financiamento do Fundo de Turismo, seria aplicado nesta circunstância, entretanto na reunião que mantivemos no ano passado por ocasião da discussão do Plano de Obras de Zona de Jogo do Funchal, houve a abertura por parte do Fundo de Turismo de poder aplicar o Regulamento de Financiamento do Fundo de Turismo, portanto não ser uma exceção no Funchal em relação ao resto do País, as verbas poderão ser aplicadas em projetos e atividades de acordo com o regulamento financeiro do Turismo de Portugal. Neste ano estão inscritas obras de requalificação do Centro do Funchal, foi para isso que foi aplicado este Fundo de Turismo, serão inscritas e elegíveis ao mesmo.--

Em relação ao Comércio e Serviços, devo recordar uma distinção entre aquilo que é PPI – Plano Plurianual de Investimento e PAM – Plano de Atividades Municipais. A maior parte das intervenções que o Município tem na área de Comércio e Serviços, são atividades que consistem em despesas correntes, como algumas iniciativas no comércio, iniciativas na área de turismo. Em termos de investimento o que está aqui incluído é alguma beneficiação do Posto de Turismo, que é um ativo que foi criado na Avenida do Mar.-----



Concordo que temos de aplicar mais verbas no turismo, mas guardaremos esse debate quando discutirmos a Taxa Turística no concelho do Funchal.-----

Em relação ao Matadouro temos o projeto concluído e está inscrito no orçamento 1 milhão 350 mil euros para o ano de 2019, com margem para financiamento, uma vez que temos uma dívida de 47 milhões de euros e o nosso limite de endividamento está acima dos 100 milhões de euros, assim que tenhamos todo o processo de concurso concluído e o caderno de encargos também terminado, traremos a esta Casa uma fonte de financiamento para poder colocar no terreno a obra do Matadouro.” -----

--- **O Senhor Deputado Municipal Alexandre Miguel Carvalho da Silva, do PPD/PSD,** em relação ao Orçamento observou que nas funções gerais, não obstante a redução das despesas, existe um aumento de setecentos mil euros relativamente às despesas de administração geral, por isso quis saber a que título isso se deve. -----

Sobre as funções sociais disse que existe uma percentagem de cinquenta por cento, contudo em orçamentos anteriores existiu uma percentagem superior em relação as mesmas taxas. Assim, aquele Orçamento resume-se tão só à maior parte dos orçamentos do País, que é o apoio na educação, nos manuais escolares, à ação social, não trazendo rigorosamente nada de novo. -----

Também em relação à política de redução de dívida não conseguem sair da generalidade, porque é exatamente o que todos os Municípios estão a fazer. -----

Considerou que em relação ao interesse económico e comercial do Funchal, existe um claro desrespeito, porque não há verdadeiro investimento relativamente à reabilitação urbana por parte daquela Câmara. E que quase todo investimento no mercado imobiliário, num total sacrificio dos serviços públicos, continuam a ter índices brutais de perda de água, o que nos serviços básicos daquele Executivo, deixa muito a desejar. -----

Em relação à mobilidade, observou que por muito que tenham investido e por muito que

seja essa visão, há sacrifícios de tentativa e erro todos os dias que aquele Executivo camarário impõe aos funchalenses com o investimento que foi feito, que não se coaduna. Assim, já que é o sexto Orçamento naquela linha, perguntou qual é o grande legado dos mesmos? E respondeu que o grande legado é a ausência de futuro. E para complementar a sua resposta citou o Professor Doutor Daniel Bessa, que foi inclusive Ministro da Economia de António Guterres: *Um dos maiores equívocos da esquerda é precisamente dar às pessoas o que querem já hoje, esquecendo-se do futuro.* -----

Concluiu, dizendo que quem é responsável tem que estar presente e colocar aquelas questões, e que é necessário fazer um Orçamento de futuro, independentemente se o futuro do Senhor Presidente da Câmara for o de passar para outras paragens. -----

- INTERVENÇÕES:-----

--- **O Senhor Deputado Municipal Sérgio Juvenal de Jesus Abreu, do GMC**, começou por referir que sem dúvida alguma aquele Orçamento é o de todos os funchalenses, pois tal como o Executivo de dois mil e treze / dois mil e dezassete, que devolveu aos funchalenses dez milhões de euros, aquele prevê a devolução de um milhão e novecentos mil euros. E que se não fosse a linha do saneamento financeiro das dividas que foram deixadas, e a pouca autonomia e respeito que o Governo Regional dá ao Poder Local, poderiam ainda falar de outros investimentos. Ainda assim há uma grande aposta na área social, no apoio com medicamentos, apoio na habitação, apoio nos manuais escolares. ---
Salientou também, que devido à gestão danosa do PSD, não podiam admitir mais funcionários, porém com a gestão e rigor financeiro daquele Executivo, podem progredir na carreira cinquenta trabalhadores, existe a resolução de vinte e sete precários e têm duzentos e cinco lugares por concursos a decorrer. Por isso, votar contra aquele Orçamento é também votar contra a admissão de duzentos e cinco funcionários e contra a regularização das situações laborais. -----

Sobre as zonas altas, disse que no passado, nunca existiu tanto investimento na questão da água e saneamento básico e na criação de infraestruturas. -----

Considerou ainda uma falta de pejo o PSD referir falta de rigor naquele Município, e justificou com os seguintes exemplos: -----

- Não cumpriram Taxa de DERRAMA que estava no Orçamento Municipal.-----
- Utilizaram Swaps que levaram à perda de quase um milhão de euros, que dariam para fazer outros investimentos. -----

Concluiu dizendo que aquele é um Orçamento de rigor que tem como base um programa que foi sufragado pelos funchalenses e que é de todos os funchalenses. -----

--- **O Senhor Deputado Municipal José Manuel Domingos Sebastião, do GMC,** começou por agradecer o Senhor Presidente da Câmara pelo excelente trabalho que tem demonstrado nos últimos seis anos, porque herdou uma dívida de cento e treze milhões de euros e conseguiu transpô-la para quarenta e sete milhões de euros.-----

Por isso, tem a certeza que o caminho que estão a levar, é a preparação para um futuro melhor. -----

Depois refutou afirmações feitas pelo Grupo Municipal do PSD, dizendo:-----

- Embora refiram que o Funchal não está limpo, a Câmara recebeu, durante quatro anos consecutivos, o Prémio Ambiental Eco XXI, que é atribuído às cidades mais limpas. -----
- Sobre o caos da Rua Dr. Fernão de Ornelas e da Rua do Bom Jesus, considera injusto porque aquelas artérias estão ficando fantásticas. -----
- Sobre os Bombeiros Sapadores do Funchal, realçou: as excelentes obras executadas no quartel para que aqueles tenham condições para trabalhar, terem pela primeira vez, em quinze anos, um Comandante, as promoções dos mesmos que não eram realizadas há dezassete anos e o recrutamento de trinta elementos.-----

Terminou voltando a agradecer ao Senhor Presidente o trabalho que está a fazer e por

aquilo que está a deixar de herança aos funchalenses, principalmente às gerações vindouras. -----

--- **O Senhor Deputado Municipal Orlando Manuel Henriques Fernandes, do JPP,** assim disse: “Uma nota prévia que não posso deixar de referir que nos parece, que pelas palavras proferidas pelo CDS, é o mesmo que governa esta Autarquia, em que maior parte das suas propostas são as que a aquela apresenta, e por isso algo nos preocupa. -----

Relativamente ao Orçamento, é um documento relevante e de importantes opções nos valores setoriais, como a saúde, a educação e o social. -----

Acredita a JPP que tenha sido elaborado um documento equilibrado e sustentado, é essa a responsabilidade do Executivo, é para tal que foram eleitos em outubro de 2017 por quatro anos. -----

No entanto, independentemente do equilíbrio orçamental manifestado e da vontade sempre expressa de diminuir a carga fiscal, tal só é possível se existir equilíbrio entre a receita e a despesa. -----

Este Executivo manteve a carga fiscal de 2018 e expressou a sua intenção de investir nos setores primordiais, nomeadamente, na parte da saúde, da educação e da habitação, é para isso que serve a receita. -----

É importante continuar nessa linha de rumo, no entanto, a preocupação do JPP passa pela, uma vez mais, reabilitação urbana e pelas questões de segurança, desde as zonas altas até ao mar. Essa é uma preocupação expressa a cada momento por todos os funchalenses e essa é também a nossa preocupação. -----

Preocupam-nos, no entanto, algumas opções do Executivo relativamente às empresas municipais ao transmitir para estas valores elevados, quer das receitas dos parçómetros, assim como do património que desconhecemos, uma vez que os mesmos ainda não nos foram dados a conhecer. Por outro lado, preocupa-nos a forma como as despesas

continuam a aumentar nas empresas municipais, nomeadamente na Frente MarFunchal onde, por exemplo, os custos com pessoal aumentaram de 1,5 milhões de euros do que estava previsto no Orçamento para 2018, para 1,8 milhões de euros.-----

Alertamos, mais uma vez, para a necessidade de informação a esta Assembleia relativamente a este tipo de transferências, quer para entender o Orçamento, quer para perceber as transferências que irão ser efetuadas em 2019.”-----

- **PEDIDOS DE ESCLARECIMENTO:**-----

--- **O Senhor Deputado Municipal Gonçalo Nuno Pimenta Camacho, do CDS-PP,** disse que o que depreende das palavras do Senhor Deputado Orlando Fernandes é preocupação. Contudo, gostaria de saber se durante o ano em que o mesmo fez parte da bancada da Coligação Confiança, fez alguma proposta para constar no Orçamento e no Plano daquela Câmara. -----

--- **O Senhor Deputado Municipal Orlando Manuel Henriques Fernandes, do JPP,** respondeu que é o Executivo camarário que elabora o Orçamento e por isso é normalmente a ele que compete essa função. -----

E o que preocupa o JPP, é o CDS continuar a manter uma determinada linha de rumo, de dizer que tudo aquilo que é feito, *é nosso e é bom*. -----

--- **A Senhora Deputada Municipal Herlanda Maria Gouveia Amado, do PCP/PEV-CDU,** colocou as seguintes questões:-----

- Que tipo de evolução positiva existe em relação aos contratos programa que foram submetidos ao Governo Regional da Madeira, que iriam beneficiar as populações num conjunto de acessibilidades, colocadas na audição que tiveram para a elaboração daquele Orçamento, e que perduram desde o Executivo e da gestão do PSD? -----

- O Subsídio de Insularidade será atribuído aos trabalhadores da Empresa Municipal Frente MarFunchal, a exemplo do que foi apresentado no documento da Empresa Municipal

SocioHabitaFunchal? -----

--- **A Senhora Deputada Municipal Raquel da Conceição Vieira Coelho, do PTP**, voltou a pedir ao Senhor Presidente da Câmara, uma vez que este ainda não respondeu, que informe aquela Assembleia qual é o prazo da Câmara para licenciar um projeto para um privado, e qual é o prazo para um grande empresário com grande poder económico. -----

Depois, referindo-se ao comentário do Senhor Presidente da Câmara sobre o tema do populismo, afirmou que todos os Deputados ali presentes, a partir do momento em que têm um voto de um funchalense, têm responsabilidades políticas e justificações a dar a quem neles confiou.-----

E que como nem todos têm “boa imprensa, nem dinheiros públicos para derramar na mesma para terem notícias favoráveis e comprar os eleitores com medidas avulsas e para o imediato, usam as suas mãos, o seu trabalho, a sua voz e a sua palavra para dar à população.” -----

--- **O Senhor Presidente da Câmara** começou por esclarecer o **Senhor Deputado Alexandre Silva** que naquilo que foi a sua análise, avaliação e julgamento político do Orçamento, no que diz respeito às funções económicas e às funções sociais, há uma visão clara que os separa daquilo que é o futuro. Porque enquanto a visão daquele Executivo é a de apostar nas funções sociais, como a educação, a habitação, o saneamento básico, as águas, os resíduos a cultura, para garantir que no presente ganhem o futuro, para aquela bancada municipal a visão do desenvolvimento é só betão. -----

Também consideram o betão, mas aquele que colocam na habitação social, no saneamento básico e na criação de novas acessibilidades para as zonas altas da cidade.-----

Sobre o aumento de setecentos mil euros na administração geral, esclareceu que se deve ao investimento na melhoria da prestação do serviço público, onde por exemplo foi adquirido fardamento para os colaboradores que prestação esse serviço público, no valor



de meio milhão de euros. -----

- **À Senhora Deputada Raquel Coelho** respondeu que, para além de aquele Executivo tratar todos os munícipes de forma igual, porque primam pelo cumprimento da legalidade, o prazo de licenciamento de uma simples habitação é muito mais célere do que um grande investimento, porque o procedimento e legalidade, envolve mais complexidade dos pareceres externos que são requeridos. -----

--- Depois foi dada a palavra ao **Senhor Vice-presidente da Câmara** para complementar os esclarecimentos do Senhor Presidente, começando aquele por responder ao **Senhor Deputado Orlando Fernandes**, sobre as questões das Empresas Municipais, que não há obrigatoriedade de aprovar os orçamentos das mesmas, porque a sua contabilidade é patrimonial, e a única previsão em sede orçamental é uma transferência, por via do contrato programa, de quatrocentos e noventa mil euros para a Empresa Municipal SocioHabitaFunchal, para manter o diferencial entre o preço social da renda e o preço técnico da renda. -----

Sobre as questões das acessibilidades colocadas pela **Senhora Deputada Herlanda Amado**, esclareceu que não tiveram qualquer resposta do Governo Regional sobre os contratos programa. No entanto, continuam a desenvolver os projetos e lançarão as obras com recurso a financiamento bancário se for essa a necessidade, a exemplo do que fizeram para a obra do Centro Cívico do Imaculado Coração de Maria, porque o Governo Regional não aceitou o pedido de um contrato programa. -----

À Senhora Deputada Raquel Coelho e ao **Senhor Deputado Alexandre Silva**, disse que de facto levantaram uma questão que lhe parece muito preocupante, porque passados todos aqueles anos de políticas de desenvolvimento social, a mobilidade social continua estagnada e completamente parada, e não veem uma possibilidade para aqueles que vivem com necessidades e precariedade, pelo que precisam de refletir em conjunto. -----

- **PEDIDOS DE ESCLARECIMENTO:**-----

--- **O Senhor Deputado Municipal Orlando Manuel Henriques Fernandes, do JPP,** contestou o Senhor Vice-presidente, ao dizer que só existia uma transferência à Empresa SocioHabitaFunchal, porque houve transferência patrimonial, uma vez que em dois mil e dezoito, nos ativos fixos tangíveis havia 394.093349 Euros e previstos para dois mil e dezanove 894.093349. -----

Disse ainda que ficou por responder o aumento de aproximadamente quatrocentos mil euros de custos com o pessoal, de dois mil e dezoito para dois mil e dezanove. -----

--- **O Senhor Vice-presidente da Câmara** esclareceu que o que estão a discutir é o Orçamento, e aquilo a que o Senhor Deputado se referiu foi à contabilidade patrimonial que terão toda a oportunidade de discutir e clarificar nas Contas Consolidadas, o último exercício quer da Empresa Municipal Frente MarFunchal quer da Empresa Municipal SocioHabitaFunchal. -----

--- De seguida, o Senhor Presidente da Assembleia colocou à votação o **Ponto dez - Proposta de Orçamento - 2019, de acordo com o disposto na al. a) do nº 1 do art.º 25º e na al. c) do nº 1 do art.º 33º da Lei nº 75/2013 de 12/09,** sendo **aprovado por maioria** com vinte e três votos a favor, sendo dezanove votos do GMC, três votos do CDS-PP, um voto do JPP e catorze votos contra sendo onze votos do PPD/PSD, um voto do PCP/PEV-CDU, um voto do PTP e um voto da Coligação Nova Mudança (MPT). -----

--- Depois colocou à votação o **Ponto onze - Opções do Plano - 2019, de acordo com o disposto na al. a) do nº 1 do art.º 25º e na al. c) do nº 1 do art.º 33º da Lei nº 75/2013 de 12/09,** sendo **aprovado por maioria** com vinte e três votos a favor, sendo dezoito votos do GMC, três votos do CDS-PP, um voto do JPP, um voto contra do PTP e treze abstenções sendo onze do PPD/PSD, uma do PCP/PEV-CDU e uma da Coligação Nova Mudança (MPT). -----

- **DECLARAÇÕES DE VOTO:**-----

--- o **Senhor Deputado Municipal Guido Marcelino Mendonça Gomes, Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria Maior, pelo GMC**, em seu nome da sua bancada municipal e de todas as pessoas que querem defender os funchalenses, deu os parabéns àquele Executivo por apresentar o melhor Orçamento, o mais social e o que melhor dignifica os funchalenses, ao contrário dos discursos fraudulentos e mentirosos que a bancada municipal do PSD fez crer a todos os presentes. -----

Disse ainda que por ignorância, por incompetência e por só governarem para os amigos e clientelas, não conseguiram fazer melhor durante os mais de trinta anos que estiveram naquela Casa. Por isso, brevemente vão desaparecer do Governo. -----

Por esta ocasião o Segundo Secretário da Mesa, **Roberto Paulo Ferreira Vieira, da Coligação Nova Mudança (MPT)**, voltou a ocupar o seu lugar na Mesa. -----

--- O Senhor Presidente da Assembleia, por anuência do Senhor Presidente da Câmara, deu a palavra ao **Senhor Vereador Bruno Ferreira Martins**, para apresentar o **Ponto treze**

- **Plano de Urbanização do Amparo – Suspensão Parcial, Implementação de Medidas Preventivas e Início do Procedimento de Alteração do Plano, nos termos da alínea b) do n.º 1 do art.º 101º do SRGT, ao abrigo do Decreto Legislativo Regional 18/2017/M de 27 de junho, conjugado com a al. r) do nº 1 do art.º 25º da Lei 75/2013 de 12/09**, explanou: “O início do Procedimento para a Alteração do Plano de Urbanização do Amparo, é uma obrigação que decorre até da aprovação do PDM, que prevê como uma das medidas mais imediatas esta alteração. -----

Também quero dizer que sobre a sua aprovação já decorreram 10 anos, e o próprio PUA - Plano de Urbanização do Amparo já previa a sua alteração e revisão quando os mesmos terminassem. E porque sabemos que a própria realidade veio reconhecer alguma necessidade de adaptação deste Plano, nomeadamente ao nível dos seus limites e dos

seus alinhamentos, aliás sobre estes houve vários munícipes que solicitaram a revisão dos mesmos, porque eram claramente excessivos em algumas das partes onde o mesmo incide. -----

Dizer, também, que antes de este Plano vir a esta Assembleia Municipal foi pedido um parecer à Direção Regional do Ordenamento do Território, e que o mesmo veio favorável. Importa ainda dizer que apesar de não ser necessário o Estudo de Impacto Ambiental, o Executivo achou que passados 10 anos era necessário existir, portanto consta nesta deliberação a necessidade de executar um novo Estudo de Impacto Ambiental. -----

Também valia a pena explicar que uma coisa é o Plano de Urbanização em si próprio e outra coisa são as Unidades de Execução que existem dentro do Plano. Portanto, este Plano tem várias Unidades de Execução e o desenvolvimento das mesmas, pode fazer variar o índice de construção previsto. Importa dizer que a nossa intenção sobre os índices de construção, que estamos preparados para a sua subida, e recorde que existem aprovados índices de construção desde 2008 que variam entre 1.7 e 2.8, este último no caso de haver desenvolvimento das referidas Unidades de Execução, e é dentro dessas Unidades que podem caber licenciamentos. -----

Portanto, era importante para nós fazer esta explicação e frisar que a nossa intenção nunca será de subir os índices de construção que já foram consagrados há 10 anos atrás. -----

Finalmente dizer que vamos aproveitar esta oportunidade de Adaptação deste Plano, para o fazermos da forma mais participativa e transparente possível. Teremos várias apresentações para além do período de discussão pública, queremos a participação de todos os partidos aqui presentes, de todas as associações e de todos os munícipes que tenham aqui interesse. -----

Portanto, vamos promover uma participação do que é o Plano de Urbanização do Amparo que foi herdado, de quais são as adaptações que nós pretendemos fazer e quais são os

objetivos no processo de revisão. Haverá também vários momentos de discussão pública e depois dos mesmos, serão publicados os resultados. -----

Logo vamos aproveitar a grande atenção que existe sobre as questões do território, o que é uma boa notícia porque significa que estamos todos atentos a estas questões, o que na minha opinião é muito positivo, e iremos fazer várias apresentações para podermos recolher esse *feedback* e trabalharmos em conjunto nesta solução.” -----

--- **O Senhor Deputado Municipal João Paulo Pereira Marques, do PPD/PSD,** apresentou o seguinte requerimento: “Como sabem os Senhores Deputados a alteração aos planos territoriais é regulamentada pelo Sistema Regional de Gestão Territorial, o Decreto-lei Regional 18/2017/M, ora uma das prerrogativas desse Sistema é que as alterações dos planos territoriais sejam feitas mediante o acompanhamento de uma Comissão Consultiva. -----

Portanto, o PSD propõe que esta alteração ao Plano de Urbanização do Amparo seja assegurada por uma Comissão Consultiva, coordenada e presidida pela Direção Regional com a tutela do Ordenamento do Território. -----

Quero também alertar os Senhores Deputados, que a votação deste requerimento não impede que o Plano seja discutido e votado hoje, apenas garante que o mesmo será acompanhado e que a sua suspensão seja totalmente transparente.”-----

--- **O Senhor Presidente da Assembleia** colocou este **requerimento** à votação e foi **reprovado** com dezoito votos contra do GMC, dezasseis votos a favor sendo onze votos do PPD/PSD, três votos do CDS-PP, um voto da Coligação Nova Mudança (MPT), um voto do PTP e três abstenções sendo uma do GMC, uma do PCP/PEV-CDU e uma do JPP. ---

--- **O Senhor Deputado Municipal Sérgio Juvenal de Jesus Abreu, do GMC,** interpelou a Mesa para pedir a suspensão dos trabalhos por cinco minutos para poderem analisar a proposta apresentada. -----

--- Retomados os trabalhos o **Senhor Deputado Municipal Sérgio Juvenal de Jesus Abreu, do GMC**, pediu uma **declaração de voto**, para dizer que a DROTA – Direção Regional de Ordenamento do Território e Ambiente, já deu parecer sobre todo aquele processo, e que no final daquele procedimento a DROTA será novamente chamada à retificação e a pronunciar-se sobre aquele processo, que terá uma consulta pública abrangente e onde haverá vários períodos de esclarecimento e que por isso é um processo transparente. -----

- INTERVENÇÕES:-----

--- **A Senhora Deputada Municipal Carla Patrícia Aleixo Baptista de Freitas, do CDS-PP**, disse que o grupo municipal do CDS-PP entende a caducidade do Plano, e que será sujeito a um período de discussão pública e audiência de interessados, como está previsto na Lei, mas queriam saber se a alteração do Plano de Urbanização do Amparo não vai ter qualquer impacto nos empreendimentos previstos para a zona da Ajuda, e para a zona da antiga fabrica da *ILMA*. -----

--- **A Senhora Deputada Municipal Raquel da Conceição Vieira Coelho, do PTP**, em relação àquele assunto começou por mostrar incompreensão em não ter sido aproveitado a recente aprovação do novo PDM – Plano Diretor Municipal, para revogar o Plano de Urbanização do Amparo poderia ter sido simplesmente revogado. -----

E embora a Lei diga: *que só se devem fazer alterações quando se verificarem circunstâncias excecionais...*, não vislumbra naquela, cabimento e justificação para fazerem aquela suspensão. -----

Sobre a explanação do Senhor Vereador Bruno Martins, disse que a mesma não foi simples e de fácil entendimento para que todos percebam a mais valia do interesse público para a suspensão do referido Plano. -----

Por isso, questionou e pediu que que a Câmara assumia se é sua intenção permitir aquela



atualização, para a construção do empreendimento previsto na Ajuda e para a antiga fábrica da *ILMA*. Porque crê que se não fosse para esse efeito, o Plano poderia sofrer uma revisão em vez de suspensão. -----

--- **A Senhora Deputada Municipal Herlanda Maria Gouveia Amado, do PCP/PEV-CDU,** começou por citar, à data, o que disse aquele Município, aquando da discussão e apresentação do Plano de Urbanização do Amparo: *este será provavelmente um dos mais importantes e controversos instrumentos de ordenamento e gestão do território a aplicar no nosso concelho. Um dos planos de urbanização com mais intenções e versões propagandísticas semioficiais e oficiais, que conheceu ao longo de pelo menos 10 anos. Desde há muito que esta zona tem sido apontada como uma zona de expansão da cidade, área privilegiada para a criação de uma nova centralidade e um polo de desenvolvimento sustentado e de inclusão económica e social.* -----

Contrariando praticamente tudo aquilo que foi sendo anunciado ao longo dos anos, este é um Plano que não cumpriu os pressupostos de criação de uma cidade sustentável com zonas verdes, de recreio, lazer indispensáveis para uma qualidade de vida e de bem-estar das populações com bons índices ambientais, transformando uma zona verde a um espaço propício à construção e à especulação imobiliária. -----

Depois, subscrevendo algumas das questões que já ali foram colocadas, e independentemente daquilo que consta da Lei, questionou se poderia ou não ter sido aproveitada a revisão do próprio PDM, para rever aquela questão. -----

E para evitar um conjunto de questões que também lançam um conjunto de dúvidas na opinião pública, perguntou porque é que optaram pela suspensão e não pela revisão do mesmo?-----

Em relação ao estudo de impacto ambiental, à data e quando essa questão foi levantada houve a possibilidade de o mesmo ser dispensado, por isso gostaria de ter a garantia por

parte daquele Executivo, de que o mesmo irá ser consagrado.-----

--- Por esta ocasião o Segundo Secretário da Mesa, **Roberto Paulo Ferreira Vieira, da Coligação Nova Mudança (MPT)**, foi substituído pela Senhora Deputada Municipal Ana Patrícia Correia Brazão de Castro, para poder intervir.-----

Este começou também perguntando porque não fazer uma revisão em vez de suspensão? Porque assim, leva a crer que o objetivo daquela Câmara é fazer o mesmo que fez com o *Hotel Savoy* e com o *Hotel Santa Maria*, permitindo a construção do famoso *Dubai*.-----

Depois questionou o Senhor Vereador Bruno Martins, como é que explica que a Câmara faça uma suspensão daquele Plano, para poder permitir que novos *elefantes brancos* surjam na cidade, e não aprova alguns projetos das zonas altas porque o novo PDM não o permite devido ao índice de construção?-----

--- O Senhor Presidente da Assembleia com a concordância do Senhor Presidente da Câmara, deu a palavra ao **Senhor Vereador Bruno Ferreira Martins** que esclareceu: “À questão da **Senhora Deputada Carla Baptista** pela caducidade do Plano que de decorre da própria Lei, nós fomos obrigados a alterá-lo, portanto estas não foram opções para favorecer A, B ou C. Contudo, vejo que há alguma confusão do que é rever, suspender ou alterar.-----

Sobre o impacto do aumento do índice de construção, como referi na apresentação, estamos preparados para discutir qualquer aumento do mesmo, e não havendo esse aumento não se vai poder construir mais, e é algo que nós nos comprometer imediatamente.-----

Em relação às questões da **Senhora Deputada Raquel Coelho**, em primeiro lugar quero esclarecer que o *Hotel Savoy*, foi um plano de urbanização votado sensivelmente na mesma altura que este, e por causa dessa votação o projeto de arquitetura pôde atingir aquela dimensão, ou seja, uma boa arquitetura não salva um bom planeamento e foi um



pouco do que aconteceu com o Plano de Urbanização do Infante, a que este Executivo é completamente alheio.-----

O próprio PDM foi uma opção da equipa que o desenvolveu, onde há Planos que podem ser revogados e foram, e há outros, como aquele, que não podem. Havia também um conjunto de direitos adquiridos que nos impediam de revogar este Plano de Urbanização do Amparo. No entanto, se for ver o PDM irá verificar que o que está lá escrito é que é uma obrigação fazer uma alteração no âmbito deste Plano. Portanto, a caducidade e a alteração são duas razões de Lei que nos motivam a fazer esta alteração agora.-----

Clarificando melhor o seu entendimento, nós estamos no início do procedimento e é natural que outras coisas possam surgir durante o processo de alteração do Plano, e vou lhe dar um exemplo muito concreto da necessidade de o fazer. Na zona dos *Apartamentos América*, os alinhamentos previstos eram estradas com 7 metros, mais 2,5 metros de passeio para cada lado e mais 5 metros de estacionamento para cada lado, estamos a falar de avenidas enormes em eixos secundários. A levar a cabo esses alinhamentos uma boa parte daquelas casas eram parcialmente demolidas e muitos munícipes vieram cá se queixar disto. Portanto, a ideia de que nós estamos a fazer isto para um promotor é uma ideia da sua cabeça, porque garantidamente a realidade irá desmontar isso completamente. Eu tive também o cuidado quando comecei a minha explicação sobre o Plano de Urbanização do Amparo, de tentar explicar o que é o Plano e as suas Unidades de Execução e até tive o cuidado de dizer que índice de construção que nós herdamos deste Plano vai de 1.7 a 2.8, e que para atingir os 2.8 só se consegue com pequenos planos de urbanização ou de pormenor dentro deste Plano nas Unidades de Execução. Por isso, é preciso entender o que é que é o Plano de Urbanização do Amparo e o que é cada uma das Unidades de Execução. -----

O empreendimento que a Senhora Deputada referiu, está numa dessas Unidades de

Execução, o que nem sequer ainda foi mexido, portanto não há nenhum projeto na Câmara. Antigamente faziam Planos de Pormenor para resolverem problemas de urbanismo, como aconteceu com o *Mina Gerais* ou como o *La Vie*, mas posso lhe garantir que nós não fazemos Planos para antecipar esses problemas e nem para os remediar.-----

Depois falou do cidadão comum e do promotor e o Senhor Presidente teve o cuidado de dizer, que normalmente é muito mais rápido licenciar uma casa do que um hotel, até porque este tem um conjunto de outros pareceres e de cuidados que nós não podemos deixar de atender. E a verdade é que desde que o PDM foi aprovado, nós já temos mais de 40 legalizações, o que significa que todas as semanas temos tido uma legalização, por isso acho que isso desmonta essa ideia que há favorecimento entre promotores em detrimento de pessoas simples. Não foi para isso que fomos eleitos e claramente não é isso que estamos a fazer.-----

A **Senhora deputada Herlanda Amado** falou da previsão do PDM e eu tive o cuidado de explicar que não podia ser revogado o PUA, portanto foi uma opção do próprio PDM apontar uma adaptação do Plano que não podia ser revogado. Em relação ao Estudo do Impacto Ambiental, de facto já existe um, por isso nós estávamos isentos de o ter que fazer, mas o Executivo entendeu que após 10 anos, as premissas ambientais podem ter se alterado e que seria prudente fazer outro, por isso também podemos fazer a promessa de que ele irá existir.-----

Em relação ao **Senhor Deputado Roberto Vieira**, eu tive o cuidado de esclarecer que a alteração é uma obrigatoriedade da Lei por via dos 10 anos do Plano e também por via do PDM, portanto é importante entender a adaptação do Plano. As medidas preventivas e as medidas que referiu decorre da própria legalidade, não podemos deixar de o fazer a partir do momento que vamos adaptar um Plano.-----

Depois falou em falta de transparência e apontou para o Hotel *Savoy* e o Hotel *Santa Maria*,



e curiosamente eles foram alvo de embargos parciais. -----

Terminaria dizendo que de facto estamos a trabalhar para todos os munícipes e é por isso que temos 40 legalizações, depois do Plano Diretor Municipal ter sido aprovado.” -----

- **PEDIDOS DE ESCLARECIMENTO:**-----

--- **A Senhora Deputada Municipal Raquel da Conceição Vieira Coelho, do PTP,** perguntou ao Senhor Vereador Bruno Martins se é possível retirar o índice de construção de toda aquela zona e colocar num só prédio.-----

--- **O Senhor Vereador Bruno Ferreira Martins** esclareceu que isso é possível, tal como sucedeu no Plano do *Infante*, mas garantiu-lhe que isso não irá acontecer no Plano de Urbanização do Amparo.-----

--- **O Senhor Deputado Municipal Roberto Paulo Ferreira Vieira, da Coligação Nova Mudança (MPT),** colocou as seguintes questões:-----

- Se houve por parte dos promotores do *Dubai* um compromisso em fazer chegar à Câmara um Plano de Pormenor. -----

- Como é que está a ação popular contra o novo PDM? -----

- Se o PDM deixa de ter sentido, se a justiça der razão a essa ação popular.-----

--- **O Senhor Vereador Bruno Ferreira Martins,** esclareceu: “De facto posso confirmar que existem cinco ações contra o PDM e contra o município, e todas essas ações são projetos particulares imobiliários, que queriam construir mais nos terrenos, e a Câmara não pode atentar a interesses privados, porque o que nos interessa é o interesse público. -----

Como exemplo, um desses projetos é o *Projeto do Toco*, e dessas cinco ações, duas são do promotor desse Projeto. Também é preciso dizer que das dezenas de milhares das decisões, existem cinco que estão a ser contestadas e todas de promotores imobiliários. Estou a lhe dar o exemplo do *Toco*, porque para mim é um exemplo paradigmático de que no desenvolvimento do ordenamento do território, a ideia deste Executivo é precisamente

a preservação do nosso território e a salvaguarda do nosso património. E temos aqui cinco exemplos claríssimos de promotores imobiliários, que não conseguiram aquilo que eram os seus intentos, que não digo que não sejam legítimos, porque o Município entendeu que o interesse público é mais importante e que tem de ser salvaguardado em detrimento do interesse privado. -----

Fico muito satisfeito que me tenham feito essa questão, porque acho que é um exemplo claríssimo da ação que no ordenamento do território, tem havido o sentido de trabalhar para todos os munícipes, por isso é que eu falo que as legalizações não são apenas para alguns, e é também por isso que eu disse há pouco que já vi esta Casa desenvolver Planos de Pormenor para resolver problemas urbanísticos, e o que nós queremos fazer é antecipar possíveis problemas e não reagir mais tarde. -----

O Senhor Deputado perguntou também em relação à Unidade sete, e de facto eu posso dizer que nesta Casa, muitas vezes, já houve Planos de Pormenor envolvidos por privados, mas sempre com a Câmara a coordenar esses projetos, isto não tem nada de errado, dou o exemplo do que foi votado há uns anos aqui, que é o plano de pormenor da *Villa George*, junto à Rua da Carreira, que foi um plano desenvolvido por privados debaixo da coordenação da Câmara, e isso não representa qualquer problema, desde que a Câmara saiba muito bem o que é que quer em relação a todas as Unidades de Execução e em relação aos Planos de Urbanização. -----

Portanto, penso daquilo que foi esta breve discussão que fica claro de que as opções, tanto do PDM como destes Planos, não são de beneficiar interesses privados e a pergunta que faz sobre as ações, acho que responde plenamente esta nossa opção de trabalhar para todos os munícipes e não apenas para alguns.” -----

--- **O Senhor Deputado Municipal Miguel Alexandre Palma Costa, do GMC**, colocou as seguintes dúvidas: -----



- Se a Câmara procurou saber junto das entidades públicas com responsabilidades ambientais específicas, porque é que não enviaram os pareceres solicitados, dentro do prazo estipulado conforme consta no documento. -----

- Porquê o termo: suspensão parcial? -----

--- **O Senhor Deputado Municipal Orlando Manuel Henriques Fernandes, do JPP,** também colocou as seguintes perguntas: -----

- Porquê uma suspensão parcial e não uma revisão do Plano? -----

- O porquê de o Plano surgir agora, quando há pouco tempo tiveram a aprovação do PDM?

- Porque é que os alinhamentos, justificam uma suspensão do Plano Urbanístico? -----

- **INTERVENÇÕES:** -----

--- **O Senhor Deputado Municipal Duarte Luís F. Caldeira Ferreira, Presidente da Junta de Freguesia de São Martinho, pelo GMC,** fez a seguinte intervenção: “Tenho estado atento às intervenções e tive o cuidado de reler o que estávamos aqui a debater, pois parece-me que estamos noutra ponto, porque o que diz aqui é *suspensão parcial, implementação de medidas preventivas e abertura de procedimento de alteração do Plano de Urbanização do Amparo.* -----

Ora bem, este Plano tem 10 anos e foi aprovado a 22 de agosto de 2008 na Câmara Municipal do Funchal, apenas com os votos favoráveis do PSD e, portanto, tem uma paternidade clara do mesmo. -----

Este Plano está no tempo de ser revisto, ao contrário do PDM que levaram anos e anos para proceder à sua revisão, porque é para ser alterado ao fim de 10 anos, e como tal está no momento de fazer as suas alterações, portanto temos um procedimento normal neste género de situações. -----

Quando falam na suspensão, novamente pergunto se leram o que é que é *suspensão*. O Senhor Vereador fez questão de explicar, e está aqui, que é a obrigatoriedade de os prédios

terem 10% de área comercial ou área comercial no 1º piso, o que em situações, como na Avenida Mário Soares, que por ser inclinada, fica estranho ter comércio nesses prédios, essa medida é suspensa, assim como alguns alinhamentos que são demasiado grandes para zonas relativamente pequenas, e não passa para além disto. -----

O Plano está a vigorar até que seja realmente alterado e, portanto, vir aqui falar que se está a trabalhar um Plano para privilegiar este ou aquele grupo é um perfeito disparate, porque se o Plano privilegia algum grupo, já o faz desde o início porque o mesmo já tem um índice de construção que vai até o 2.8, por isso, temos de ser sérios e saber o que é que estamos aqui a votar.-----

Estamos a abrir um procedimento para Alteração deste Plano, que tem um prazo de vigência para o alterar de 2 anos, podendo ser prorrogado por mais 1 ano, portanto isto não é uma coisa simples que se faça do pé para a mão, terão que ser feitos estudos e terá aqui muito trabalho de arquitetura, de planeamento e haverão muitas sessões públicas de esclarecimento à população.-----

Também queria referir que, para quem teve o cuidado de olhar para o mapa deste Plano, temos uma zona que se chama o Ribeiro de São Martinho, onde faz uma barriga numa zona agrícola e de repente essa zona há 10 anos atrás fica com um grande índice de construção, se calhar seria interessante ver quem eram os proprietários desses terrenos quando este Plano foi aprovado.”-----

- PEDIDOS DE ESCLARECIMENTO:-----

--- **O Senhor Deputado Municipal João Paulo Pereira Marques, do PPD/PSD**, eu queria fazer um alerta à Câmara do Funchal e também à Mesa desta Assembleia Municipal, para que nunca mais se faça uma Sessão com este número de pontos, porque de facto saímos todos a perder, sai o Funchal e sai também a Câmara a perder. Portanto, fica este alerta para que da próxima vez façamos Assembleias mais curtas, onde possamos ter discussões

mais concisas acerca dos pontos da ordem de trabalhos.-----

Relativamente ao ponto em discussão queria em primeiro lugar lamentar que a Coligação Confiança, tenha recusado a Comissão de Acompanhamento que foi aqui proposta pelo PSD, porque se haviam suspeitas em relação à intenção da Câmara no que diz respeito a esta suspensão, aliás levantadas hoje aqui por vários Deputados, esta recusa apenas as elevam.-----

Senhor Vereador Bruno Martins, queria lançar-lhe o desafio, que julgo que aceitará, de que a própria Câmara Municipal desenvolva as diligências no sentido de que essa Comissão de Acompanhamento, seja efetivamente criada e que se possa acompanhar esta suspensão de uma forma mais transparente e mais próxima. -----

Relativamente à suspensão que estamos aqui a discutir eu queria dizer-lhe, Senhor Vereador, que compreendi as explicações que nos deu, até as posso aceitar, agora o que não posso aceitar é que nos diga que a suspensão deste Plano não é uma opção da Câmara, porque é uma opção da Câmara e não uma obrigação da Lei, mas não tem problema nenhum, só lhe peço que assuma a paternidade dessa medida. A Câmara optou, por razões que conhecerá melhor que alguns Deputados aqui, por suspender o Plano, fê-lo e tem o direito de fazê-lo, mas é opção da Câmara. -----

Relativamente à suspensão em si, eu de facto fico com dúvidas, mas parece que o Senhor Deputado Duarte Caldeira não tem dúvidas, porque diz que nenhum de nós estudou esta suspensão do Plano, pelos vistos até foi um Deputado da sua bancada que se calhar também não o estudou, enfim deve ser defeito de todos os outros partidos menos do Partido Socialista. -----

Mas, Senhor Vereador Bruno Martins, a questão principal que foi colocada por todos os Deputados, é que ficamos sem saber se o Senhor Vereador vai suspender para alterar a seu belo prazer, ou se vai suspender para rever totalmente o Plano. Porque o que nos

preocupa são precisamente os três anos em que este Plano estará suspenso, e garantenos que a Câmara nada fará que coloque em causa o urbanismo daquela zona, e eu aceito essa explicação, o problema é que V. Exa tem um currículo que eu diria complicado no que diz respeito às garantias, porque já nos garantiu que atravessávamos o Funchal em dez minutos e eu desafio-o a olhar lá para fora agora e ver a confusão que vai no trânsito do Funchal, foi uma garantia que nos deu e que saiu gorada.-----

O Senhor Vereador, deu-nos a garantia que o embargo da Ponte Nova era justo, que a Câmara estava a defender a cidade do Funchal, e ainda hoje soubemos que afinal quem tinha razão era quem queria intervir na Ponte, e que pelos vistos era a Câmara do Funchal que não tinha razão relativamente ao embargo.-----

Portanto Senhor Vereador Bruno Martins, com toda a honestidade e com toda a transparência, esclareça-nos porque tenho de facto esta dúvida: o que é que se passará nos próximos três anos no que diz respeito a este Plano de Urbanização do Amparo.” -----

--- **O Senhor Deputado Municipal Duarte Luís F. Caldeira Ferreira, Presidente da Junta de Freguesia de São Martinho, pelo GMC**, pediu os seguintes esclarecimentos ao Senhor Deputado João Paulo Marques:-----

- Se leu que a suspensão do Plano é parcial, porque só há cinco pontos que estão suspensos e claramente identificados.-----

- Se é por ser também Deputado na Assembleia Regional e ter uma visão centralista do poder na Região, que quer ali impor a Comissão de Acompanhamento, fazendo imperar novamente a ação do Governo sobre aquilo para o qual aquela Câmara tem autonomia para o fazer. Pois são autonomistas de mão estendida perante Lisboa, mas centralistas na Região.-----

--- **O Senhor Deputado Municipal João Paulo Pereira Marques, do PPD/PSD**, refutou que a questão levantada ao Senhor Vereador Bruno Martins, é sobre o que se passará nos

próximos três anos.-----

Sobre a Comissão de Acompanhamento, disse que aquela ao existir, a Câmara do Funchal também fará parte da mesma, e que isso poderá é causar algum desgosto à Coligação Confiança que a rejeitou.-----

--- **O Senhor Deputado Municipal Gonçalo Nuno Pimenta Camacho, do CDS-PP,** começou por dizer que até àquele momento não percebeu porque é que o Senhor Vereador Bruno Martins, ainda não explicou porque é que não faz uma revisão do Plano no seu todo. Depois pediu que lhes fosse transmitido de uma forma clara, concisa e objetiva se futuramente tocará noutros artigos, porque se assim for, eventualmente terão outras conclusões numa perspetiva política que o que foi levado à Câmara e à aquela Assembleia, são as disposições suspensas do artigo 20º e que vai até à al. d).-----

- **INTERVENÇÕES:**-----

--- **O Senhor Deputado Municipal Orlando Manuel Henriques Fernandes, do JPP,** disse não ter ficado totalmente esclarecido, e que espera que aquele debate continue com o público e com os funchalenses em geral.-----

--- **O Senhor Vereador Bruno Ferreira Martins** esclareceu os intervenientes dizendo: “**Senhor Deputado Miguel Palma,** porque já havia um Estudo de Impacto Ambiental os serviços municipais tinham consideraram na altura que estava satisfeita essa premissa legal, mas tem razão ao dizer que foi o Executivo que apesar do parecer dos serviços, entendeu que deveríamos de ter este este Estudo de Impacto Ambiental em função dos 10 anos que passaram.-----

Senhor Deputado Orlando Fernandes, concordo consigo sobre a comunicação que a Câmara pode ter nas questões de Ordenamento do Território ou Plano, que se está a votar agora ou no futuro, e é por isso mesmo que na minha primeira intervenção tive o cuidado de dizer que para além dos períodos de discussão pública, que são obrigatórios por Lei,

nós entendemos que queremos mostrar o que é que herdamos, o que é este Plano de Urbanização do Amparo e como é que foi desenvolvido, portanto faremos uma apresentação daquilo que existe atualmente no mesmo. -----

Também faremos uma apresentação daquilo que são os objetivos, do que se pretende mudar e do que se pretende estudar. Haverá os períodos de discussão pública e haverá também uma apresentação de resultados, portanto, com toda a transparência, queremos aproveitar para que isto seja o mais participado. -----

Em relação ao **Senhor Deputado João Paulo Marques** e à Comissão de Acompanhamento, eu tenho que dizer que a Direção Regional do Ordenamento do Território, já teve que dar um parecer para podermos estar aqui a votar a Adaptação do Plano de Urbanização do Amparo, não apenas isso como no final do processo irão ter a oportunidade de retificar ou não, ou seja, esta Comissão era chover no molhado até porque eles já lá estão. -----

E quero dizer que nós temos uma relação institucional ótima com a DROTA - Direção Regional do Ordenamento do Território, sempre que nos é solicitada alguma coisa nós temos todo o cuidado em fornecer, e não há nenhum Plano em que possamos abdicar de ter o *feedback* da mesma, portanto não compreendo muito bem esse vosso pedido. E só para que fique claro nós consideramos que a DROTA é um parceiro do Município, é assim que nós olhamos para esta Direção Regional e da parte destes também temos tido o mesmo tratamento. -----

Foi falado em suspensão, adaptação e revisão. Nós não queremos suspender o Plano, nós queremos que ele esteja em vigor, aliás nem podemos suspende-lo, queremos adaptá-lo, e eu tive o cuidado de dizer o que é que nos motivou a adaptar o Plano ao nível dos alinhamentos. -----

O Senhor Deputado Duarte Caldeira falou também da área comercial obrigatoriamente



afeta a qualquer empreendimento, que é claramente excessiva e isso significa que às vezes num pequeno edifício, o 1º e o 2º andar tem que ser todos para área comercial, portanto são os próprios munícipes que nos solicitam isso.-----

E quando nós iniciamos um procedimento para adaptação de um Plano, significa o início do procedimento, ou seja, nos anos que temos para estudar e adaptar as questões que para nós eram perceptíveis, os alinhamentos e a obrigação da área comercial estão já vertidas neste documento. Até este momento estas são as nossas preocupações, é evidente que no período de discussão pública, nós podemos ser obrigados a olhar para outras questões, mas o que interessa perceber é que se o fizermos teremos que fazer sempre em comunicação com todos os interessados e é isso que faremos.-----

Eu comecei a minha primeira intervenção por dizer que achava que estava aqui uma oportunidade para debatermos mais uma vez o Ordenamento do Território, e para podermos trabalhar de forma transparente neste Plano, que é muito importante, que tem um impacto grande no Funchal e que precisa por estar desadaptado de algumas adaptações, não estamos a suspendê-lo, queremos que ele esteja em vigor e não o podemos revogar porque não está previsto por Lei, portanto este é o único caminho possível para responder aos anseios dos munícipes. Espero que tenha entendido porque é que não se pode suspender.”-----

- **PEDIDOS DE ESCLARECIMENTO:**-----

--- **O Senhor Deputado Municipal João Paulo Pereira Marques, do PPD/PSD,** agradeceu ao Senhor Vereador Bruno Martins o seu esforço para lhes explicar aquela matéria, mas considera que o mesmo tem sido um pouco inglório, porque o ponto 13º, diz: *Plano de Urbanização do Amparo suspensão parcial.*-----

Depois voltou a perguntar, porque não lhe foi respondido, o que é que acontecerá nos próximos três anos.-----

--- O Senhor Vereador Bruno Ferreira Martins, sobre a Suspensão Parcial do Plano esclareceu que são apenas as normas citadas no documento, tal como o próprio indica: *a suspensão parcial de algumas normas do regulamento do Plano de Urbanização*.-----

Em relação aos prazos, disse que têm dois anos para o fazer e eventualmente a possibilidade de mais um ano, contudo esperam que nos primeiros dois anos possam fazer todas as adaptações necessárias. -----

--- O Senhor Presidente da Assembleia colocou à votação o **Ponto treze - Plano de Urbanização do Amparo – Suspensão Parcial, Implementação de Medidas Preventivas e Início do Procedimento de Alteração do Plano, nos termos da alínea b) do n.º 1 do art.º 101º do SRGT, ao abrigo do Decreto Legislativo Regional 18/2017/M de 27 de junho, conjugado com a al. r) do nº 1 do art.º 25º da Lei 75/2013 de 12/09**, sendo **aprovado por maioria** com dezassete votos a favor do GMC, quatro votos contra sendo um voto do PCP/PEV-CDU, um voto do PTP, um voto da Coligação Nova Mudança (MPT), um voto do JPP e catorze abstenções sendo uma do GMC, dez do PPD/PSD e três do CDS-PP.-----

- **DECLARAÇÕES DE VOTO:**-----

--- A Senhora Deputada Municipal Raquel da Conceição Vieira Coelho, do PTP, declarou: “O que o PTP tem a dizer é um assunto muito sério e se esta proposta de suspensão que foi hoje aprovada, for levada para permitir o licenciamento do denominado *Projeto do Dubai* ou a alteração dos índices de construção para o terreno da *ILMA*, informo esta Câmara que o PTP vai apresentar queixa no Ministério Público contra o Senhor Vereador Bruno Martins.” -----

--- Nada mais havendo a tratar nesta reunião, sendo dezoito horas e quarenta e cinco minutos, o Senhor Presidente da Assembleia deu-a por encerrada. -----

--- Esta ata foi aprovada em minuta para que os pontos discutidos pudessem produzir

